

INSTITUTO
ETHOS

POSICIONAMENTO DO
INSTITUTO ETHOS,
PARCEIROS E EMPRESAS

**PARA A CONSTRUÇÃO
DO FUTURO QUE
QUEREMOS**

**Compromissos,
Demandas E
Propostas**

VERSÃO INTEGRAL

**JUNHO
2012**

Posicionamento do Instituto Ethos, Parceiros e Empresas para a Construção do Futuro Que Queremos – Compromissos, Demandas e Propostas é uma publicação produzida pelo Instituto Ethos e parceiros como contribuição das empresas para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada no Rio de Janeiro (RJ), em junho de 2012.

Realização: Instituto Ethos e Uniethos

Elaboração do Texto Geral

Coordenadores: Caio Magri, Henrique Lian e Paulo Itacarambi

Elaboração dos Textos Temáticos

Coordenador: Regi Magalhães

Especialistas: Alcir Vilela, Carla Stoicov, Cíntia Takada, Cristina Fedato, Márcia Bellotti e Mariana Kohler
Colaboradores: Ana Angélica de Melo Rocha, Ana Letícia Silva, Benjamin Gonçalves, Camila Morsh, Daniela Damiaty, Felipe Saboya, Júlia Zuanella Fernandes, Mariana Parra, Paula Bernardi, Paula Marchiori, Renato Moya e Tatiana Trevisan.

Participantes do seminário “O Que Muda com a Rio+20: Traga Sua Proposta”:

Adriana Bernadochi (Croda Brasil), Adriana Tavares, Carolina Wegener, Liliam Cavalhieri, Lucas Furtado, Luciana Pereira, Rebeca Knijnik e Vinicius Precioso (Suzano), Alexandre Baltar e Gisela Fagnani (Odebrecht), Alcir Vilela Jr., Adriana Luísa Cunha, Bruna Augusto, Carolina Gonzalez, Cleia Rodrigues da Silva, Eliana Aparecida Saraiva da Silva, Elisabete Correia, Emília S.M. Seo, Fábio Forlenza, Fernando Kanni, Jacimar Cardoso de Oliveira, Jéssica Santana Moreno, Lucas Pinho, Lucas Polonio, Nathalia Patente, Renato A. Tagnin, Silene Bueno de Godoy Purificação, Simonie Cassab e Vanessa Daque (Senac), Alexandre MacDowell (Abraps), Ana Angélica de Melo Rocha, Ana Lúcia Custódio, Betina Sarue, Caio Magri, Daniela Damiaty, Edson Lopes, Felipe Saboya, Grazielle Campos, Guilherme Aragão, Henrique Lian, Letícia Paiva, Lídia Manduré, Mariana Parra, Paula Gonçalves, Paulo Itacarambi, Renato Moya, Solange Rubio, Tatiana Trevisan, Tiago Cruz e Tiago Liberatori (Instituto Ethos), Ana Carolina Velasco (Gife), Ana Heineck (Samarco), Ana Wilhelm, Clara Camargo, Estanislau Maria Freitas Jr. e Juliano Mendonça (Akatu), Ariel Kogan, Delaine Romano, Maurício Broinizi Pereira e Nina Orlow (Rede Nossa São Paulo), Aron Belinky e Gustavo Ferroni (Instituto Vitae Civilis), Beatriz Dias de Sá e Felipe Zacari Antunes (Walmart Brasil), Bruno Luz Martins (Dudalina), Bruno Sabbag, Fabiana Pellicciari, Gabriela Fleury, Inês Francke, Karina Aguiar, Rafael Guimarães e Stephane Klabin (Natura), Carla Stoicov (Tistu), Carolina Cenciarelli (revista Brasil Sustentável), Carolina Simonetti (Votorantim Cimentos), Cejana Montelo (CDN), Cristina Fedato, Marcia Belotti e Mariana Kohler (consultoras do Uniethos), Danielle Fiabane (Red Bull), Deise Nishimura (Alcoa), Denise Nogueira e Maira Machado (Itaú Unibanco), Diego Conti (NEF/PUC-SP), Eduardo Werneck (Apimec), Erika Laun (Furnas), Fátima Viscarra (Roche), Fernando Eliezer Figueiredo (CDP), Flávia Moraes (FCM – Consultoria em Sustentabilidade), Graziela Camiña, João Serfozo, Margarida Lunetta e Regi Magalhães (Uniethos), Guilherme Cassaro Orio e Julia Tauszig (Bracelpa), Helena Pavese (Conservação Internacional), Heloísa Melillo (HMelillo), Ísis de Palma (Imagens Educação), João Alves Pacheco (Cushman & Wakefield), José Marcelo Miranda, Mirian Machado Zitz e Suenia Sousa (Sebrae), Josefina Gontijo Costa (Infraero), Karin Koisumi (Meliá Hotels International), Lígia Camargo (Unilever), Luana Aparecida Ribeiro Javoni (CPFL Energia), Lúcia Helena Xavier (Fundaj-Poli/USP), Luciana Mara Alves Roncoletta (MEB), Luciana Souto (Vale), Márcio Henrique Nigro (Caronetas Caronas Inteligentes), Paulo Mindlin (Instituto Walmart), Paulo Pompilio (Grupo Pão de Açúcar), Pedro Casemiro (Shell), Regina Gomes (Bradesco), Deborah Batista e Renato de Paiva (IFC), Ricardo Abramovay (USP), Ricardo Rodrigues Mastroti (Camargo Corrêa), Ricardo Vacaro (RL Higiene), Rodrigo de Próspero (Union for Ethical Biotrader), Rose Hernandes (Abihpec), Jacílio Saraiva, Sílvia Torikachvili e Suelle Paulino (jornal Valor Econômico), Telma Cristina Rocha (Fundación Avina), Vivian Smith (ECA-USP), Yolanda A Cerqueira Leite (Pacto Global da ONU) e Yuri Nogueira Feres (Cargill AS).

Participantes da Conferência Ethos Internacional 2012 que contribuíram com os painéis-oficinas.

Apresentação

Os textos reunidos nesta publicação resultaram de um trabalho coletivo sob a coordenação de duas comissões de redação que desenvolveram as versões iniciais. A primeira, formada por Caio Magri, Henrique Lian e Paulo Itacarambi, do Instituto Ethos, foi responsável pela elaboração dos conteúdos relativos à caracterização do contexto e à descrição dos compromissos e demandas dos signatários do documento. A segunda comissão, formada por Alcir Vilela, Carla Stoicov, Cíntia Takada, Cristina Fedato, Márcia Belloti, Mariana Kohler e Regi Magalhães, do Uniethos, foi responsável pela redação dos conteúdos de contextualização e identificação dos desafios e das propostas para os dez temas específicos considerados fundamentais para serem incorporados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Posteriormente, as propostas foram debatidas e aperfeiçoadas por organizações parceiras e empresas durante o seminário “O Que Muda com a Rio+20: Traga Sua Proposta”, realizado em 24 de maio.

O documento resultante desse processo foi submetido aos participantes da Conferência Ethos Internacional 2012, os quais, reunidos em dez oficinas, reformularam as propostas apresentadas, incluíram outras e escolheram as três propostas prioritárias em cada um dos temas, as quais foram encaminhadas pelo Instituto Ethos para a Rio+20.

O resultado desse trabalho foi apresentado para toda a sociedade, para as Nações Unidas e para o governo brasileiro ao longo de diversos eventos e encontros que se realizaram no Rio de Janeiro e por meio da cobertura jornalística que foi feita especialmente pelo jornal *Valor Econômico*.

Esta publicação está dividida em duas partes. A primeira delas, que apresenta o posicionamento do Instituto Ethos, parceiros e empresas, contém um conjunto de compromissos firmados por empresas e organizações e de demandas aos governos com o objetivo de se estabelecer um ambiente propício à transição do atual modelo de desenvolvimento para uma economia incluyente, verde, responsável e competitiva. Esse posicionamento, que está aberto para adesões, foi apresentado para toda a sociedade e encaminhado aos chefes de Estado e de governo reunidos na Rio+20.

A segunda parte deste caderno reúne todas as propostas debatidas durante a Conferência Ethos Internacional 2012, destacando-se as que foram encaminhadas aos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável que se realizaram durante o encontro da ONU. Os textos apresentados contextualizam cada um dos dez temas definidos como primordiais para serem contemplados nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.



Posicionamento do Instituto Ethos, Parceiros e Empresas para a Construção do Futuro Que Queremos

Compromissos e Demandas para a Construção do Futuro Que Queremos

O Contexto Desafiador

Como sinaliza o *Rascunho Zero* da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em seu parágrafo 11, a crise global é de natureza estrutural, pois transcende os aspectos econômicos e financeiros e resulta do esgotamento e das fragilidades do atual modelo de desenvolvimento. Dessa forma, sua solução não se esgota em medidas financeiras de curto e médio prazo, requerendo mudanças de paradigma nas relações humanas e com o planeta, nos padrões de produção, consumo e governança, com participação efetiva de todos os atores estratégicos da sociedade, sejam governamentais, não governamentais ou de mercado¹.

Entendendo a atual crise como uma oportunidade para promover mudanças de rumo na economia global, com correções conceituais de política econômica e pragmáticas de planejamento e gestão, vislumbramos o atual cenário como um momento privilegiado para avançar na transição para novos modelos de governança, política e negócios, capazes de redirecionar os diversos capitais na criação de oportunidades de negócios e empregos que representem alternativas de desenvolvimento sustentável e sustentado. Para tanto, faz-se necessária e urgente a adoção do planejamento de longo prazo, tanto por parte dos governos quanto das empresas e organizações da sociedade civil, como estratégia de superação do imediatismo que tem levado a recorrências e desdobramentos da crise.

Tendo em vista a necessidade de se criar um ambiente favorável às mudanças estruturais, bem como um caminho seguro de transição do atual modelo de desenvolvimento à emergência de uma economia verde, incluyente, responsável² e competitiva, apresentamos o seguinte conjunto de **compromissos e demandas**.

¹ Segundo taxonomia da Organização das Nações Unidas.

² De acordo com o posicionamento do Instituto Ethos e seus parceiros, uma **economia verde** é a que procura assegurar uma relação amigável entre os processos produtivos da sociedade e os processos naturais, promovendo a conservação, a recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas e tratando como ativos de interesse público os serviços que eles prestam à vida; uma **economia incluyente** é a que procura o atendimento das necessidades e direitos de todos os seres humanos, promovendo o desenvolvimento equilibrado entre os capitais financeiro, humano, social e natural, a distribuição equitativa da riqueza e das oportunidades para a geração de renda e o acesso a bens e serviços públicos, assegurando, assim, condições de vida digna para toda a população, erradicando a pobreza e reduzindo as desigualdades sociais; uma **economia responsável** é a que procura fortalecer o conjunto dos princípios e valores humanísticos e universais que sustentam o funcionamento democrático das sociedades e mercados, por meio do desenvolvimento de valores éticos e de integridade, promovendo uma cultura de transparência e mecanismos de combate à corrupção.

Compromissos de Ação

- 1. Compromisso com a Ecoeficiência e Ecoefetividade.** Comprometemo-nos a operar dentro dos limites dos sistemas naturais, aumentar a ecoeficiência e buscar a ecoefetividade de nossas atividades, por meio da redução do consumo total e da intensidade de insumos (como água e energia) e materiais. Comprometemo-nos, ainda, a buscar o ciclo fechado de produção, a redução dos impactos negativos e a ampliação dos impactos positivos sobre os ecossistemas (i.e., reduzindo as emissões de gases de efeito estufa e mitigando seus efeitos já inevitáveis). Para tanto, comprometemo-nos a compreender e medir nossos impactos e estabelecer metas ambiciosas que englobem toda a cadeia de valor, realizando os investimentos necessários para seu cumprimento;
- 2. Compromisso com a Inovação Disruptiva.** Comprometemo-nos a investir no desenvolvimento de novas tecnologias, processos, produtos e modelos de negócio, pautados pelos princípios de sustentabilidade e indo além da inovação incremental³. Para tanto, comprometemo-nos a estabelecer processos estruturados de pesquisa e desenvolvimento, focados na identificação de novas oportunidades de produtos, serviços e modelos, estabelecendo metas de crescimento progressivo desses novos negócios em nosso portfólio;
- 3. Compromisso com o aperfeiçoamento dos processos e operação pelo melhor padrão global.** Comprometemo-nos a identificar as melhores práticas em todos os campos e dimensões de nossas atividades (ambiental, econômico, social e de integridade), especialmente as que se encontrem acima dos níveis exigidos pela legislação em vigor em cada uma de nossas bases territoriais, e a desenvolver um plano de ação para sua aplicação progressiva em todos os locais onde operamos ou viermos a operar, independentemente das exigências locais mínimas;
- 4. Compromisso com o desenvolvimento territorial sustentável, contribuindo para erradicar a miséria e a pobreza.** Comprometem-nos a construir agendas de desenvolvimento específicas para nossas áreas geográficas de atuação, diretamente ou em parceria com o poder público local, estabelecendo mecanismos de diálogo e participação das comunidades envolvidas, buscando gerar oportunidades de desenvolvimento do comércio e da produção local, de qualificação, trabalho decente e renda, integrando, assim, os objetivos estratégicos de nossas organizações e os imperativos da sustentabilidade;
- 5. Compromisso com a redução das desigualdades.** Comprometemo-nos a trabalhar por uma economia a serviço do desenvolvimento humano, estabelecendo e implementando políticas e ações nas empresas e cadeias produtivas, visando o desenvolvimento do capital humano e social, com ênfase equivalente à aplicada aos capitais econômico e financeiro, e a redução das desigualdades de oportunidades e de remuneração em razão de origem social, racial, étnica, geracional ou de gênero;

³ Entende-se como *inovação incremental* aquela que aperfeiçoa um produto, serviço ou processo já existente, enquanto a *inovação disruptiva* vai além, proporcionando novos produtos, processos e serviços, e alterando a própria forma de pensar e fazer.

6. **Compromisso com a melhoria da governança e promoção da transparência e integridade.** Comprometemo-nos a trabalhar pela erradicação da corrupção e pelo estabelecimento de novas arquiteturas institucionais que prezem pela participação plural dos diversos atores sociais. Da mesma forma, enfatizamos a importância do aperfeiçoamento dos mecanismos de promoção da integridade e da transparência dos processos de planejamento, decisão e operação, públicos e privados;
7. **Compromisso em contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema político e da democracia.** Comprometemo-nos a contribuir com nossos conhecimentos e competências para o aprimoramento das políticas públicas e fortalecimento da gestão pública e dos mecanismos de controle e de participação social, bem como exercer cidadania ativa e fiscalizadora tanto nos processos eleitorais quanto durante os mandatos eletivos;
8. **Compromisso com metas.** Certos de que para o cumprimento dos compromissos aqui estabelecidos devemos incorporá-los em nossas estratégias e planos de ação, com indicadores e metas que possibilitem a gestão, o monitoramento e a transparência dos resultados obtidos, comprometemo-nos a relatar periodicamente nossas práticas ou justificar por que não o fazemos, estabelecendo canais de diálogo com todas as partes envolvidas e interessadas;
9. **Compromisso com a educação, valores e cultura.** Comprometemo-nos a empregar esforços pelo desenvolvimento e fortalecimento de sistemas educacionais, conjunto de valores e ambiente cultural compatíveis com os princípios de sustentabilidade e favoráveis ao florescimento de uma sociedade global justa e sustentável.

Todo processo de inovação e mudança implica riscos e oportunidades. Destacamos que a intensidade na implementação desses compromissos deve levar em consideração as condições específicas em que se encontram os diferentes setores e cadeias produtivas. Desenvolveremos estratégias inovadoras que fortaleçam a competitividade das empresas, das organizações e do país; estamos seguros, porém, de que algumas mudanças requerem incentivos específicos, uma vez que elevam custos, dependem de infraestrutura adequada e, na ausência dessas e outras condições, podem provocar perda de competitividade.

No intuito de assegurar o envolvimento dos atores indispensáveis à transição, apresentamos aos chefes de Estado e de governo e ao Sistema das Nações Unidas, um conjunto de demandas.

Demandas aos chefes de Estado e de governo

- 1. Desenvolvimento de novos padrões de contabilidade.** Reconhecendo as limitações do PIB como medida do desenvolvimento, enfatizamos a necessidade de construção de um novo padrão que deverá redefinir o conceito de prosperidade em nível nacional, considerando os custos dos ativos e serviços naturais implicados na produção de bens e disponibilização de serviços, os impactos sociais decorrentes do modelo de crescimento adotado e o nível de renda nacional, em face do acesso da população local a formas adequadas de saneamento, saúde, educação, consumo, mobilidade, cultura e bem-estar. Os novos padrões nacionais deverão, portanto, medir os capitais natural, social e humano, além dos financeiros. Nesse sentido, recomendamos a aprovação do parágrafo 111 do *Rascunho Zero*. Estimulamos, ainda, que esse processo de consulta envolva amplo espectro de partes interessadas, incluindo a sociedade civil e a comunidade científica⁴, bem como o estímulo a que cada país trabalhe internamente em novas formas de medição em nível subnacional⁵. O processo de construção de novos padrões de contabilidade deve conter metas e prazos de realização e acompanhamento, inclusive de reavaliação dos indicadores aplicados;
- 2. Políticas fiscais e tributárias diferenciadas, aliadas a políticas de compras governamentais sustentáveis.** Reconhecendo a competência e legitimidade tributária dos Estados e afirmando que esta deve estar a serviço da promoção do bem-estar social e do desenvolvimento sustentável, bem como reconhecendo o papel dos Estados na indução da produção e dos mercados na qualidade de grandes consumidores de bens, produtos e serviços, recomendamos a aprovação do parágrafo 32 do *Rascunho Zero*, de forma a dotar os mercados e os agentes econômicos de mecanismos de atuação tangíveis, mensuráveis e transacionáveis em uma nova economia. Também recomendamos a aprovação do parágrafo 116 do mesmo documento, que reafirma o papel do setor privado na promoção do desenvolvimento sustentável, apontando para a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas e arquiteturas institucionais que contribuam para um clima de negócios favorável à atração de investimentos de longo prazo num ambiente social e ambientalmente responsável por parte do setor privado;
- 3. Compromisso dos países com o financiamento efetivo, progressivo, acelerado e transparente do desenvolvimento sustentável.** Considerando a necessidade de alocação de recursos para a promoção efetiva do desenvolvimento sustentável, demandamos o cumprimento dos acordos de investimento já convencionados em fóruns anteriores das Nações Unidas (como dispõe o parágrafo 112 do *Rascunho Zero*) e sua ampliação a cifras e fontes superiores aos propostos no referido documento. Para tanto, demandamos a criação de um Fundo Internacional que eleve a contribuição dos países desenvolvidos

⁴ Em linha com as glosas oferecidas ao referido parágrafo pela Nova Zelândia e por Liechtenstein

⁵ Como apontado pelas glosas da União Europeia, Estados Unidos e Canadá, também constantes como item 1.1. de nosso documento *Proposta das Instituições Signatárias Quanto ao Posicionamento do Brasil, Sociedade Civil e Governo nas Negociações da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)*.

de 0,7% para 1% do PIB, acrescentando-se ainda a criação de mecanismos de taxação do uso dos espaços marítimo e aéreo e sobre movimentações financeiras internacionais. Tais recursos seriam redistribuídos na medida das metas e comprometimentos voluntários assumidos pelas diversas nações, submetidos a verificação externa independente, sendo as informações sobre governança, movimentação e aplicação dos recursos abertas ao controle externo da sociedade;

4. **Construção de ambientes de diálogo e de participação, aliados ao compromisso de dados governamentais abertos.** Em linha com o 10º. Princípio da Declaração do Rio, demandamos o endosso dos chefes de Estado ao disposto no parágrafo 17 do *Rascunho Zero* quanto ao imperativo da participação da sociedade em geral, por meio dos *major groups*⁶, aportando seus conhecimentos e competências específicos nos processos decisórios, bem como a disponibilização universal de informações por parte dos governos, conforme proposta do parágrafo 18, considerando-se, para tanto, a diminuição da desigualdade de acesso às tecnologias de comunicação indispensáveis ao efetivo controle social⁷;

5. **Políticas de incentivo às atividades sustentáveis e desincentivo progressivo às atividades não sustentáveis.** Em consonância com os parágrafos 14, 44b e 61 do *Rascunho Zero*, acreditamos que o desenvolvimento sustentável deva ser tratado de forma transversal, central e coerente nos processos de planejamento e definição de políticas públicas, articulados por meio de agendas locais de desenvolvimento sustentável que, se bem aplicadas, resultarão em mudanças nos mercados que promovam uma abordagem integrada e eficaz do desenvolvimento sustentável⁸. Da mesma forma, temos absoluta convicção de que os atuais incentivos e subsídios a atividades não sustentáveis devam ser progressivamente retirados, como preconizado pelo parágrafo 42c do mesmo documento. Recomendamos a aprovação dos referidos itens do *Rascunho Zero* e, ao destaque dado para as áreas de energia, agricultura e pesca⁹, acrescentaríamos a definição de novos critérios socioambientais para a concessão de subsídios e resgates¹⁰ a setores industriais, financeiros, comerciais e de infraestrutura que não consideram os princípios de sustentabilidade nem exigem contrapartidas de natureza socioambiental;

6 A Organização das Nações Unidas reconhece a existência de três tipos de atores: organizações governamentais (países), organizações multilaterais (como, por exemplo, o G20) e organizações não governamentais lato sensu. Estas últimas são subdivididas em organizações não governamentais do mercado (negócios e indústria) e organizações não governamentais da sociedade (agricultores, povos nativos, comunidade científica e tecnológica, governos locais, trabalhadores e sindicatos, crianças e jovens, mulheres e organizações não governamentais strictu sensu). As tentativas de tradução da denominação *major groups* (como, por exemplo, grupos principais ou grupos majoritários) deixam muito a desejar na transposição do conceito, sendo, portanto, preferível sua citação em inglês.

7 Conforme acréscimo do G77, Nova Zelândia e Estados Unidos.

8 Conforme acréscimo dos Estados Unidos e da União Europeia.

9 Contribuição da Suíça.

10 Ações pontuais de socorro a setores em crise. Em inglês, *baillouts*.

- 6. Investimentos em infraestrutura sustentável para as cidades, incluindo-se aspectos logísticos e econômicos.** Entendemos as cidades como lócus do desenvolvimento e responsáveis pelos impactos que causam. Nesse sentido, recomendamos a aprovação do parágrafo 72 do *Rascunho Zero*, traduzido no compromisso de promover um planejamento integrado das cidades, por meio do apoio a autoridades locais, de forma a viabilizar e integrar sistemas eficientes de mobilidade e comunicações, construções sustentáveis e assentamento humano digno, com melhoria na qualidade do ar e da água, acesso a saneamento público, gerenciamento adequado de resíduos, sistemas de alertas, resposta a desastres naturais e maior resiliência às mudanças climáticas. Também ratificamos o destaque da participação da sociedade civil na gestão das cidades, como oferecido pelo adendo 10º. ao referido parágrafo;
- 7. Redefinição da geografia da cooperação internacional.** Sugerimos a coordenação de esforços e formação de redes que estimulem a troca de experiências, *expertises* e competências entre regiões com similaridades geográficas (organização por biomas), geopolíticas e de estágios de desenvolvimento, de forma a criar sinergias e acelerar o ganho de escala, com conseqüente diminuição de custos para a agenda de transição. Também demandamos a aprovação do parágrafo 115 do *Rascunho Zero*, voltado ao aprimoramento das formas de cooperação internacional, tanto no plano Norte-Norte, quanto Sul-Sul e triangular (Norte-Sul-Sul, enfatizado pela União Europeia);
- 8. Governança do desenvolvimento sustentável.** Convencidos de que a implementação dos acordos e convenções já firmados, bem como do novo acordo político a ser estabelecido na Rio+20, depende do fortalecimento e aperfeiçoamento institucional, demandamos que os chefes de Estado e de governo aprovelem a criação de um Conselho de Desenvolvimento Sustentável, indo além dos termos do parágrafo 40 alt., com nível hierárquico comparável ao Conselho de Segurança e apto a oferecer diretrizes aos organismos, agências e programas do Sistema das Nações Unidas, bem como articular as políticas e esforços das diversas organizações multilaterais e manter diálogo e fóruns consultivos com organizações não governamentais, garantindo, assim, legitimidade às decisões e processos. Esse novo conselho deverá ser responsável pelo estímulo e apoio às agendas e planos nacionais e intervir em todas as situações que se configurem como crises do modelo de desenvolvimento. Demandamos, ainda, que o novo acordo político recomende que, em nível local, os Estados membros das Nações Unidas estabeleçam uma gestão do desenvolvimento sustentável por meio de metas e indicadores, obrigatórios por lei nacional, garantindo que o desenvolvimento sustentável seja transversal às ações dos Estados e garanta o amplo diálogo social.

9. **Planos nacionais de desenvolvimento sustentável.** Como forma de atingir as metas propostas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, entendemos ser fundamental o real comprometimento dos países no alinhamento de suas agendas nacionais a partir dos critérios de desenvolvimento sustentável, que devem se manifestar na elaboração de planos nacionais. Essa visão encontra eco na exortação à melhoria da capacidade de governança (parágrafo 22 do *Rascunho Zero*)¹¹, no reconhecimento da especificidade de cada país quanto à sua realidade econômica, social e ambiental (parágrafo 28), no encorajamento a compromissos nacionais voluntários para atingir-se a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e na busca da erradicação da pobreza (parágrafo 41), para os quais pedimos aprovação. Entendemos que esses planos nacionais devem contemplar uma agenda mínima com objetivos, compromissos, metas e estrutura de avaliação e monitoramento de desempenho em pelo menos dez eixos temáticos, a saber:

- Integridade, transparência e combate à corrupção;
- Economia da biodiversidade;
- Desenvolvimento sustentável para o combate à pobreza;
- Cidades sustentáveis;
- Energia sustentável para todos;
- Desemprego, trabalho decente, migrações e direitos humanos;
- Gestão responsável e sustentável da água;
- Florestas e mudanças climáticas;
- Estabelecimento de padrões sustentáveis de produção e consumo;
- Agricultura e segurança alimentar.

11 Reforçada pelo G77.

Propostas aos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável

Considerando a relevância da iniciativa do Brasil em criar uma ponte de diálogo entre a sociedade civil e a alta cúpula da Organização das Nações Unidas, por meio da criação dos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável, e no sentido de colaborar com seu aproveitamento e sucesso, o Instituto Ethos, parceiros e empresas ofereceram as propostas apresentadas nas páginas seguintes.

Cada um dos dez temas definidos como primordiais para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável é apresentado em seu contexto no Brasil e no mundo, considerando-se os principais desafios a eles relacionados. Em seguida, são arroladas as propostas debatidas durante a Conferência Ethos Internacional 2012, destacando-se as que foram consideradas prioritárias e encaminhadas à Rio+20.

Integridade, Transparência e Combate à Corrupção

Contexto mundial e nacional

O tripé transparência, integridade e participação social são eixos fundamentais que se relacionam ao combate à corrupção no mundo. Segundo a Transparência Internacional, a corrupção é o mau uso do poder investido para benefícios privados. No Brasil, a corrupção hoje pode ser considerada um importante entrave para o desenvolvimento. Segundo estudo feito pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o custo da corrupção no Brasil pode chegar ao equivalente a 2,3% do PIB brasileiro, ou seja, aproximadamente R\$ 95 bilhões (ano-base 2011). Isso representa o montante de recursos que é desviado para práticas corruptas e que poderia ser utilizado em atividades produtivas ou sociais, como as relativas a saúde, educação, produção ou tecnologia. O baixo desempenho do Brasil em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) evidencia esse prejuízo.

A corrupção e a falta de integridade alteram a composição dos gastos governamentais, abalam a legitimidade dos governos e a confiança no Estado, afetam as decisões de investimentos produtivos, limitam o crescimento econômico, prejudicam a atuação das organizações da sociedade civil, causam distorções na concorrência e afetam a estabilidade do ambiente de negócios.

“O que antes talvez fosse visto como um problema de desperdício de recursos, em função razão da ineficiência da administração pública, ou uma transgressão individual de regras estabelecidas, em função de uma falha moral de alguns agentes públicos, começou a ser avaliado como um problema sistêmico. O debate sobre a corrupção no Brasil avançou para além do moralismo. A corrupção não é somente o problema de algumas (ou muitas) pessoas mal-intencionadas. O combate à corrupção depende, em grande parte, dos arranjos institucionais, especificamente das leis que regem a gestão dos recursos públicos, e dos mecanismos de controle por diferentes instituições públicas, em combinação com a mídia independente e a sociedade civil vigilante.”¹²

A constatação de que, “quando somente poucos ganham, todos perdem” tem feito emergir vários movimentos a fim de promover um ambiente de integridade nas esferas pública e privada. No âmbito internacional, há três tratados assinados pelo Brasil: a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE); a Convenção Interamericana contra a Corrupção, da Organização dos Estados Americanos (OEA); e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (CNUCC), um dos mais amplos documentos relativos ao controle do problema.

Criou-se também o 10º. Princípio do Pacto Global da ONU, pelo qual as organizações signatárias se comprometem a “combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina”. Outra ação é a Partnering Against Corruption Initiative (PACI),

¹² Bruno Speck e Valeriano Ferreira em *Sistemas de Integridade nos Estados Brasileiros*, Instituto Ethos, São Paulo, 2011.

promovida pelo Fórum Econômico Mundial, em parceria com a organização Transparency International e o Basel Institute on Governance. Nesse pacto, as organizações signatárias se comprometem a atuar com tolerância zero ao suborno. A Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas (EITI – Extractive Industries Transparency Initiative) também propõe que empresas extrativistas de países ricos em petróleo, gás e minerais melhorem sua governança por meio da publicação completa e da verificação dos pagamentos das empresas e dos rendimentos do governo nesses setores.

Em nível nacional, o Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, iniciativa coordenada pelo Instituto Ethos, e o Cadastro Empresa Pró-Ética, uma parceria do Instituto Ethos com a Controladoria-Geral da União (CGU), incentivam o compromisso das empresas e do governo por uma relação mais ética e transparente.

O sistema de integridade brasileiro conta com instituições, normas e regulamentações, organizações não governamentais e mídia no papel de controle por parte da sociedade. Recentemente, novos esforços se somaram em apoio à prevenção e ao combate à corrupção, como a entrada em vigor da Lei 12.527/2011, que regula o acesso à informação pública, o compromisso do governo federal com a Parceria por Governo Aberto e a realização da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial), que estabeleceu um plano de políticas públicas nessa área. No entanto, esse sistema ainda necessita ser aprimorado.

Um exemplo disso é a criação do Projeto de Lei 6826/2010, que estabelece a punição para as empresas corruptoras. Atualmente, no Brasil, as pessoas jurídicas não são responsabilizadas por atos de corrupção. Somente os funcionários envolvidos, ou seja, pessoas físicas, podem ser responsabilizados. A proposta do PL 6826/2010 vem acrescentar ao debate a figura do corruptor, muitas vezes deixada de lado na propagação dos escândalos. O projeto envolve responsabilidade civil e administrativa, de forma que o Estado possa tomar medidas contra pessoas jurídicas corruptoras, tais como cortar acesso a créditos públicos e a licitações e aplicar multas sem precisar esperar o julgamento. Outro exemplo é a ausência de uma lei que defina e regule a defesa de interesses no Brasil, criando um ambiente transparente e justo que separe a defesa de interesses legítima daquela que deve ser considerada ilícita.

Ética e transparência são também premissas para a transição para uma economia verde, inclusiva e responsável. Segundo especialistas, a economia verde não se viabilizará num ambiente com privilégios oportunistas e acumulação de poder. Embora o caminho para resolver a questão da corrupção no Brasil pareça tortuoso, há consciência sobre sua relevância e sobre a urgência de ação para eliminar esse problema.

Desafios

a) Educação para valores

- A corrupção afeta o sentido de igualdade e de justiça social, prejudica a confiança dos cidadãos, deslegitima as instituições e gera custos sociais.
- A corrupção fortalece a cultura de privilégios oportunistas.
- A corrupção enfraquece a cultura da ética e integridade e, conseqüentemente, desfavorece um ambiente harmônico e sustentável.

b) Aprimorar ações estruturantes para controle da corrupção

- Promover uma revisão na legislação sobre financiamento político e de campanhas eleitorais.
- Aprovar o marco legal de responsabilização civil e administrativa da pessoa jurídica – PL 6826/2010.
- Criar novos mecanismos que garantam maior transparência nos procedimentos tanto do agente público quanto do agente privado.
- Regulamentar as práticas de defesa de interesses ou intermediação, de maneira a garantir ética e integridade.
- Aprimorar, de maneira geral, o sistema de integridade brasileiro.

c) Eliminar a impunidade

- Adotar medidas que reduzam a percepção de impunidade e aumentem a probabilidade de uma rápida punição, seja pela reforma das leis processuais, seja pela limitação do número de recursos.

Propostas para a Rio+20

Prioritárias

- Estimular a adoção de critérios de contratação de fornecedores, desenvolvendo um sistema integrado de informações baseado em interfaces comuns, padrões e dados abertos nas três esferas federativas de governo, com atualização regular de pessoas jurídicas envolvidas em processos de corrupção, incluindo a consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- Introduzir nos currículos escolares disciplinas relacionadas a ética e valores de cidadania, desde a educação básica até o ensino superior, com atenção especial à formação dos educadores, e desenvolver programas de capacitação de conduta em assuntos relativos a ética e integridade nos planos de carreira de funcionários públicos da União, dos Estados e dos municípios;

- Aprovar os marcos legais de responsabilização da pessoa jurídica (PL 6826/2010, no caso do Brasil) e de classificação dos crimes de corrupção nos setores público e privado como hediondos e inafiançáveis, estabelecendo-se que seus autores não terão nenhum privilégio, como foro privilegiado, prisão especial ou progressão de pena, devendo ainda devolver aos cofres públicos todos os recursos advindos de corrupção.

Outras propostas

- Criar mecanismos de controle de conduta ética organizacional.
- Estimular o debate e a proposta de financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais.
- Promover programas para capacitar o cidadão sobre o direito de acesso à informação.
- Implementar sistemas que garantam processos transparentes nas relações público-privadas.
- Acelerar a tramitação e aprovação da Lei de Defesa de Interesses (“Lei do Lobby”).
- Modernizar e dar celeridade ao Poder Judiciário, aprimorando seus mecanismos de controle para que as punições sejam exemplares e inibidoras. Aumentar a transparência nessa esfera, com reforma no setor e a obrigatoriedade de divulgar em tempo real a prestação de contas, a carga, o fluxo de trabalho e a produtividade de magistrados e servidores, pela internet e por outros meios de comunicação.
- Estimular mecanismos de denúncia sobre violações e restrições à liberdade incondicional de imprensa.
- Criar conselhos multissetoriais para estimular a participação social no tratamento dessa questão. Aprimorar os mecanismos de divulgação para mobilização social.
- Implantar um cadastro nacional de bens de alto valor de mercado, com a possibilidade de bloquear tais bens caso não sejam declarados.

Economia da Biodiversidade

Contexto nacional e global

A vasta rede de interações entre os vários componentes da biodiversidade torna o planeta habitável para todas as espécies, incluindo humanos. Nossa saúde pessoal e a saúde da nossa economia e da sociedade humana dependem do fornecimento contínuo de inúmeros serviços ecossistêmicos, que seriam extremamente caros ou impossíveis de substituir (Convenção sobre Diversidade Biológica, 2000). Biodiversidade e desenvolvimento sustentável são, portanto, expressões inexoravelmente interconectadas, visto que a biodiversidade fornece um grande número de bens e serviços que sustentam a vida na Terra.

“A humanidade sempre dependeu dos serviços proporcionados pela biosfera e seus ecossistemas. [...]. A espécie humana, embora protegida dos imediatismos ambientais pela cultura e tecnologia, na verdade depende totalmente do fluxo de serviços dos ecossistemas” (Conselho de Avaliação Ecosistêmica do Milênio, 2003).

Além disso, a biodiversidade desempenha um papel-chave na economia, que conta com seu capital natural para a produção de bens derivados de plantas e animais e dos recursos genéticos neles contidos.

Os atuais padrões de produção e consumo, associados à magnitude da população humana no planeta, têm sido determinantes na geração de pressões diretas sobre a biodiversidade e sobre os ecossistemas. A falta de conhecimento adequado sobre os ecossistemas, a superexploração, a perda, a alteração e a fragmentação de *habitats*, a difusão de espécies invasoras, a poluição e as mudanças climáticas colocam em risco a resiliência dos ecossistemas e, por consequência, a própria viabilidade da vida no planeta. A Avaliação Ecosistêmica do Milênio mostrou que os ecossistemas reduziram mais rápida e extensivamente nos últimos 50 anos do que em qualquer outro período da história humana.

De acordo com *The Economics of Ecosystem and Biodiversity (TEEB)*, as taxas atuais de extinção e de destruição de *habitats* implicam grandes perdas financeiras anuais e áreas protegidas proporcionam 100 vezes mais benefícios do que custos à economia global. Tal degradação põe em risco não apenas a biodiversidade do mundo, mas também seus negócios. Isso porque as empresas dependem dos serviços que os ecossistemas proporcionam, como madeira, água, recursos genéticos, polinização, regulação climática e proteção contra desastres naturais (*The Corporate Ecosystem Services Review*, 2008).

Por ser identificada como uma das questões centrais para o desenvolvimento sustentável, a biodiversidade foi objeto de um dos três acordos internacionais firmados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992: a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Tendo como objetivos “a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado”, o tratado certamente

contribuiu para a inserção formal do tema na agenda global, mas sem resultados concretos à altura das expectativas geradas na época.

Vinte anos depois, a percepção geral é de que seus objetivos não foram cumpridos. Esta é, inclusive, a constatação explicitada pelas Nações Unidas no relatório *Panorama Global da Biodiversidade 3*, publicado em 2010, Ano Internacional da Biodiversidade. Já no prefácio, assinado pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, a avaliação é de que “as principais pressões que conduzem à perda de biodiversidade não são apenas constantes, mas estão, em alguns casos, se intensificando”. Mais do que isso, a expressão utilizada é de um “fracasso coletivo” determinante de tendências atuais que estão nos levando cada vez mais perto de uma série de potenciais pontos de ruptura, que reduziriam de maneira catastrófica a capacidade dos ecossistemas de prestar serviços essenciais.

Os resultados apresentados nesse documento são coerentes e convergentes com inúmeros outros estudos, como o recém-publicado *Relatório Planeta Vivo* (WWF, 2012). Entre outras análises, este documento apresenta a evolução, entre 1992 e 2008, do Índice Planeta Vivo (indicador de estado da biodiversidade), que evidenciou uma redução de 12% em termos globais e de 30% para os trópicos.

Por outro lado, existem avanços que – ainda que insuficientes – devem ser registrados e considerados em proposições futuras. Há evidências de que as taxas globais de desmatamento podem estar se reduzindo, particularmente na última década (no caso da Amazônia, caíram 70% desde 2004); vários países começaram a cultivar florestas (EUA, Canadá, Costa Rica, China e parte da Europa, por exemplo); mecanismos de certificação de sistemas de manejo sustentáveis têm contribuído para a redução da pressão sobre as florestas; e a superfície terrestre coberta por parques nacionais e outros sistemas de proteção saltou de 9% para 13%. (Pnuma, 2011)

Merece destaque, também, o Protocolo de Nagoya, assinado em 2010, na Conferência das Partes 10 (COP-10) da Convenção sobre Diversidade Biológica, estabelecendo as bases para um dos três objetivos da convenção: o acesso a recursos genéticos e a repartição justa e equitativa dos benefícios advindos de sua utilização, bem como a ampliação das metas para as superfícies de áreas terrestres protegidas de 13% para 17% e de áreas oceânicas de 1% para 10%, como parte do Plano Estratégico da CDB para 2020.

O próximo passo para que o Protocolo de Nagoya entre em vigor é a sua ratificação por países membros da Convenção da Diversidade Biológica. Em termos mais precisos, a entrada em vigor desse protocolo ocorrerá 90 dias após a data de depósito do quinquagésimo instrumento de ratificação por Estado ou Organização de Integração Econômica Regional.

O Brasil tem, nesse processo, a oportunidade de reiterar sua liderança na área tornando-se um dos primeiros países a ratificar o Protocolo de Nagoya, se não em tempo de anunciá-lo na própria Rio+20, pelo menos antes da COP-11 da CDB, que será realizada em outubro de 2012, em Hyderabad, na Índia.

A crescente consciência e engajamento da sociedade de forma geral e das empresas em particular têm se mostrado como vetor fundamental para os avanços obtidos e serão elementos-chave nos esforços futuros.

Desafios

Converter intenções e objetivos formais em metas, ações e resultados, ampliar o engajamento da sociedade civil e do empresariado e conferir escala às boas práticas no âmbito das políticas públicas e da gestão empresarial são cruciais para esse processo. Para que isto ocorra, há pelo menos cinco desafios-chave a serem superados:

1. Conhecer a biodiversidade e os serviços dela derivados, reconhecer seu valor (lato sensu), disseminar esse conhecimento para a sociedade e, em especial, integrar o conhecimento científico aos processos de tomada de decisão no campo das políticas públicas e da gestão empresarial.
2. Viabilizar a valoração econômica da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos e a incorporação desses valores aos mecanismos de mercado, contabilidade e processos de tomada de decisão.
3. Avançar na consolidação, internalização e operacionalização dos acordos internacionais relacionados, dando destaque a regras claras para o uso e acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional e para a repartição dos benefícios associados.
4. Promover o uso sustentável da biodiversidade – compatível com a capacidade de recomposição das espécies, populações e ecossistemas.
5. Assegurar a implementação da regulamentação, normas e acordos nacionais e subnacionais.
6. Promover a educação, conscientização e engajamento das atuais e futuras gerações para o uso sustentável da biodiversidade.

Propostas para a Rio+20

Prioritárias

- Estabelecer políticas e instrumentos de mercado que reduzam, detenham e revertam o desmatamento e a degradação florestal de modo efetivo e promovendo o uso e o gerenciamento sustentável de florestas, assim como sua conservação e restauração. Pedimos a implementação urgente do Instrumento Não Vinculante sobre Todos os Tipos de Florestas (NLBI).
- Estabelecer mecanismos para a valoração da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos e criar instrumentos fiscais, tributários e de mercado que fomentem atividades econômicas sustentáveis baseadas nos ativos da biodiversidade, garantido os direitos e benefícios justos e equitativos às comunidades locais e tradicionais.
- Garantir a ratificação do Protocolo de Nagoya, sua consolidação, internalização e operacionalização.

Outras propostas

- Identificar e priorizar os ativos da biodiversidade já considerados críticos ou potencialmente relevantes para os diferentes setores da economia.
- Promover o diálogo entre os diferentes atores de forma a gerar a disseminação do conhecimento científico.
- Fortalecer o Painel Intergovernamental sobre Biodiversidade e promover a criação de painéis nacionais.
- Fomentar ciência, tecnologia, pesquisa básica e aplicada com ativos da biodiversidade nos países, com prioridade para os setores em que a depleção destes representa potencial limitação.
- Construir marcos regulatórios nacionais, adequados e efetivos, que promovam o uso sustentável da biodiversidade e assegurem a repartição justa e equitativa de benefícios.
- Garantir o comprometimento dos países com a adoção, implementação e monitoramento dos acordos internacionais.

Desenvolvimento Sustentável para o Combate à Pobreza

Contexto no Brasil e no mundo

Em meio a um cenário de instabilidade dos mercados e das mais diversas incertezas em relação à economia, a pobreza continua sendo um dos maiores desafios do século. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a pobreza é a negação das escolhas e oportunidades básicas para o desenvolvimento humano, refletida em vida curta, falta de educação elementar, falta de meios materiais, exclusão e falta de liberdade e de dignidade.

Para o Pnud, o desenvolvimento humano é a expansão da liberdade e da capacidade das pessoas para levar uma vida que elas valorizam e têm razão para valorizar. A noção de expansão de escolhas, liberdade e capacidade oferece uma visão mais ampla do que o atendimento de necessidades básicas.

Diversos estudos de diferentes organizações, nacionais ou internacionais, públicas ou privadas, demonstram a situação da pobreza, no Brasil e no mundo, na forma de carências em educação, trabalho, saúde, moradia, saneamento e acesso a direitos de uma forma geral. A pobreza também está relacionada a problemas ambientais, especialmente porque populações pobres são mais suscetíveis a mudanças climáticas e a perda de biodiversidade. Para a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), os fatores causadores da miséria estão associados às desigualdades econômicas, à concentração de renda, à falta de acesso à educação, à informalidade e ao desemprego.

Globalmente, a maioria das pessoas vive mais, é mais educada e tem maior acesso a bens e serviços do que nunca. Mesmo em países em dificuldades econômicas, a saúde e a educação de seus habitantes têm melhorado muito. E o progresso se estendeu também para a capacidade dos indivíduos para selecionar líderes, influenciar decisões públicas e compartilhar conhecimento. Prova disso é a melhora no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma medida simples composta por escolaridade, saúde e renda. A média mundial do IDH aumentou 18% entre 1990 e 2010 (41% desde 1970), refletindo grandes avanços na expectativa de vida, nas inscrições no ensino básico e na renda. Quase todos os países foram beneficiados: dos 135 países da amostra do Pnud (que correspondem a 92% da população mundial), apenas três tiveram um IDH menor em 2010 do que em 1970.

Mas nem todos os países têm visto um rápido progresso e as variações são grandes. A desigualdade de renda se agravou nos últimos anos, segundo os indicadores do Banco Mundial, inclusive nos países desenvolvidos, como mostram as estatísticas da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esta é uma situação que se acentua diante da crise financeira, das recentes crises de alimentos e da tendência de redução na disponibilidade de água e de energia.

Quase meio bilhão de pessoas saiu da extrema pobreza (US\$ 1,25 por dia) entre 2005 e 2010. No entanto, permanecem nessa situação cerca de 900 milhões, ou 13% da população mundial.

Um total de 884 milhões de indivíduos ainda não tem acesso a água potável e 2,6 bilhões ainda carecem de acesso a saneamento seguro. Metade de todos os pacientes de hospitais nos países em desenvolvimento apresenta doenças relacionadas à problemas com a água.

Mas como analisar os índices de pobreza e desenvolvimento humano sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável? O mais recente *Relatório de Desenvolvimento Humano* do PNUD, de 2011, alerta para a importância do progresso sustentável e equitativo. As populações mais desfavorecidas são as que mais sofrem com a degradação ambiental e carregam um fardo duplo: mais vulneráveis aos efeitos coletivos da degradação ambiental, devem também lidar com as ameaças mais imediatas em seu habitat decorrentes da poluição do ar, da água suja e da falta de saneamento.

No Brasil, um conjunto de programas sociais e políticas de distribuição de renda contribuiu para um dos mais importantes processos de redução da pobreza no mundo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil atingiu atualmente o menor índice de desigualdade de sua história. Embora continue a ser um dos países mais desiguais do mundo, os números preliminares indicam que os índices de desigualdade estão melhorando. Em uma década, a renda dos 50% mais pobres cresceu seis vezes mais rápido do que a renda dos 10% mais ricos.

Um grande número de empresas vem se incorporando a esse processo de mudança social, sobretudo ao criar modelos de negócios voltados para a base da pirâmide social, seja incorporando empreendedores de pequeno porte ou pequenos produtores rurais na cadeia de fornecimento, seja desenvolvendo produtos para o consumo de pessoas de baixa renda.

Apesar dos avanços, restam desafios importantes tanto para as políticas públicas quanto para o setor privado.

Desafios

1. **Desenvolvimento sustentável e equitativo.** Uma visão integrada mostra que a degradação ambiental intensifica a desigualdade por meio de impactos adversos em populações já desfavorecidas e que as desigualdades no desenvolvimento humano amplificam a degradação ambiental. Devemos assegurar que as aspirações das populações pobres por uma vida melhor sejam plenamente consideradas em qualquer movimento que vise uma maior sustentabilidade ambiental. Desigualdades de gênero, raça ou local de nascimento devem ser também sistematicamente reduzidas por meio de políticas específicas para a inclusão e o combate à discriminação.
2. **Riscos ambientais para o desenvolvimento humano.** A degradação ambiental desafia de muitas maneiras as capacidades das pessoas, indo além dos impactos na renda e na subsistência, chegando a impactar a educação, a saúde e outras dimensões do bem-estar, causando a sobreposição de privações. As mudanças climáticas ameaçam agravar as desigualdades por meio, por exemplo, da disseminação de doenças tropicais como a malária e a dengue. Políticas de adaptação são especialmente necessárias para as populações mais afetadas.
3. **Crescimento econômico e combate à pobreza.** Conciliar o combate à pobreza com as limitações físicas do crescimento econômico é um dos maiores desafios mundiais. É preciso desenvolver novos modelos para o atendimento das necessidades básicas por alimento, energia, moradia, infraestrutura, bens e serviços.
4. **Práticas empresariais.** Os ambientes de negócio são normalmente afetados em regiões nas quais a pobreza circunda as atividades empresariais, restringindo suas oportunidades. A redução da pobreza pode fazer parte das estratégias empresariais, por meio de ações voltadas para o desenvolvimento do entorno de suas operações, inclusão social nas cadeias de valor e desenvolvimento de negócios que dinamizem as economias locais.

Propostas para a Rio+20

Prioritárias

- Criar mecanismos efetivos de gestão participativa nos governos locais, com a definição de indicadores de avaliação, para combate/redução da pobreza, tais como capacitação de gestores municipais, mobilização da comunidade visando o controle e a participação social e o fortalecimento de conselhos locais cujas ações sejam provenientes da parceria social público-privada, de forma sinérgica e interligada;

- Criar mecanismos e priorizar investimentos para assegurar a qualidade da educação, especialmente a do ensino básico, a partir de políticas públicas e intersetoriais e da inclusão dos temas “sustentabilidade” e “cidadania” na grade curricular, no intuito de influenciar as gerações futuras no processo de escolha de seus representantes, tornando-as agentes de seu próprio destino e participantes da comunidade local, valorizando a cultura e as vocações regionais para a geração de trabalho e renda. E, dessa forma, fortalecer a implementação da “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, da Unesco;
- Considerar uma perspectiva intersetorial e integrada na concepção, gestão e avaliação de políticas públicas focadas na superação das desigualdades (de gênero, étnicas e regionais), por meio do acesso a renda, saúde, educação, moradia, alimentos, energia e mobilidade, de forma digna e sustentável. Tais políticas devem visar o atendimento emergencial às necessidades básicas das pessoas em situação de pobreza e o desenvolvimento contínuo de suas capacidades produtivas.

Outras propostas

- Estabelecer regulamento e metodologia para a efetiva aplicação das políticas públicas previstas em lei, de forma a proporcionar a integração de ações públicas e privadas e assegurar a efetiva participação da sociedade local.
- Identificar, priorizar e fomentar iniciativas, produtos, serviços e recursos locais, criando oportunidades de crescimento e desenvolvimento na localidade e contribuindo para a permanência dos recursos no seu local de origem.

Cidades Sustentáveis

Contexto nacional e mundial

Uma cidade considerada sustentável é organizada de modo a garantir a participação efetiva dos cidadãos, bem como torná-los capazes de satisfazer suas necessidades e de assegurar o seu bem-estar sem prejudicar ou colocar em perigo as condições de vida de outras pessoas e do ambiente, agora e no futuro.

Segundo a ONU-Habitat, as 25 maiores cidades globais já respondem por mais de metade da riqueza do mundo. Em nações em desenvolvimento, as cidades concentram entre 65% e 80% do PIB nacional. As regiões metropolitanas de São Paulo e Bangcoc contam com cerca de 10% da população de seus respectivos países, mas são responsáveis por mais de 40% do seu PIB. De acordo com a Divisão Populacional das Nações Unidas, a América Latina é a região mais urbanizada do mundo em desenvolvimento, com 81% da população vivendo nas cidades, índice que supera, inclusive, o de diversos países já desenvolvidos. A previsão é de que, até 2030, essa proporção chegue a 86%, acompanhando a Europa Ocidental. Em 2030, seis em cada dez pessoas viverão numa cidade e a Organização Mundial da Saúde estima que, em meados do século, a população mundial urbana dobrará para 6,4 bilhões. Saliente-se que mais de 130 milhões de pobres moram em cidades latino-americanas atualmente.

O rápido aumento da população das cidades impõe imensa pressão ao meio ambiente e à infraestrutura existente, com implicações para a mobilidade urbana, a qualidade e o acesso à água e ao saneamento básico, a segurança alimentar, a segurança pública, o consumo de recursos não renováveis e a gestão de resíduos, além do aumento das emissões de gases de efeito estufa e da poluição sonora, visual, do ar e da água. Um exemplo: de acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), o total de resíduos sólidos no Brasil cresceu duas vezes mais do que a população do país, entre 2010 e 2011. Segundo o relatório *Global Risks 2012*, do Fórum Econômico Mundial, quase 1 bilhão de pessoas moram em favelas urbanas, número que tende a crescer para 1,5 bilhão até 2020. A governança da cidade sustentável é outro ponto crítico, uma vez que o crescimento das cidades extrapola a jurisdição municipal.

Por conta da complexidade dos problemas e das condições precárias em que vive grande parte da população urbana, os impactos das mudanças climáticas e das questões de segurança pública, os problemas com a saúde decorrentes das alterações do ambiente, a exclusão social e o sentimento de não pertencimento ao local em que as pessoas vivem podem ser agravados e restringir ainda mais as opções de desenvolvimento.

Pobreza, exclusão social, trânsito e infraestrutura precária provocam deseconomias de escala, reduzem a capacidade de desenvolvimento dos negócios e aumentam os custos das empresas e da sociedade como um todo. Fortalecer a sustentabilidade nas cidades, assim como criar ambientes favoráveis à inovação, é uma condição para ampliar a competitividade e proporcionar negócios que gerem empregos formais de qualidade.

A inovação é uma catalisadora para o desenvolvimento sustentável das cidades. Governança participativa e transparência, planejamento e zoneamento urbano, infraestrutura de informação

eficiente e moderna, redes de transporte, colaboração entre os setores público e privado, ligações fortes entre a academia e os negócios são algumas das condições básicas para gerar ambientes de inovação nas cidades.

O estabelecimento de uma governança ambiental de gestão pública, com participação popular elevada, trouxe a algumas cidades autonomia para aplicar uma legislação ambiental própria – como ocorreu na Cidade do México, em que houve a estruturação de um plano interdepartamental de 15 anos, com transparência no avanço das ações. A cidade de Heidelberg, na Alemanha, introduziu de forma contínua o Orçamento Ambiental, um sistema de gestão para o uso de recursos naturais que complementa o orçamento financeiro e a gestão de recursos humanos. Já a cidade de Seul, na Coreia do Sul, pretende, até 2020, elevar o uso do transporte público em 70%, a utilização de bicicletas em 10% e a quota dos veículos ecológicos empregados pelos moradores em 20%.

Vêm surgindo no Brasil e no mundo algumas iniciativas da sociedade e das empresas que buscam promover, trabalhar, medir e planejar as cidades de forma mais sustentável. O C40 Cities Climate Leadership Group é uma rede de cidades de todo o mundo comprometidas com a implementação local de ações significativas e sustentáveis para reduzir as emissões de carbono e aumentar a eficiência energética nas cidades. Tais ações objetivam enfrentar as mudanças climáticas em nível global. O Programa Cidades Sustentáveis prevê a construção de indicadores e o acesso à informação pública, pesquisas de percepção da qualidade de vida, o monitoramento e a incidência nas políticas públicas, a participação cidadã e a inclusão de setores e atores diversos da cidade. E o movimento das Cidades em Transição (Transition Towns) objetiva transformar as cidades em modelos sustentáveis, menos dependentes do petróleo, mais integradas à natureza e mais resistentes a crises externas, tanto econômicas quanto ecológicas.

Contudo, sem um amplo planejamento do desenvolvimento da cidade, contemplando a distribuição espacial da população e das atividades econômicas em convergência com as necessidades de infraestrutura, não será possível impedir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente e as pessoas. Os problemas são sistêmicos, mas as abordagens ainda são fragmentadas. Também é necessário compreender como ampliar a escala das soluções em curso.

Desafios

1. **Estabelecer novos modelos de governança.** Incentivar e desenvolver novas estruturas de governança requerem algumas condições:
 - a. Construir um consenso sobre a visão de desenvolvimento sustentável da cidade.
 - b. Desenvolver uma relação colaborativa entre os atores.
 - c. Adotar um processo participativo, com envolvimento ativo dos cidadãos e demais atores não apenas no momento de criar soluções ou projetos, mas também na fase de diagnóstico.
 - d. Desenvolver processos de planejamento estratégico, estabelecendo sinergia entre as iniciativas públicas e privadas na definição de planos de ação e metas de longo prazo.

- e. Ampliar a transparência por meio de indicadores, metas e mecanismos de monitoramento.
 - f. Fomentar a instalação de estruturas participativas eficientes de governança metropolitana.
- 2. Assegurar o desenvolvimento do capital humano e da cidadania.** Satisfazer as necessidades fundamentais e de convivência do cidadão e promover seu bem-estar requerem que a cidade sustentável assegure:
- I. Promover o desenvolvimento urbano de forma descentralizada*
 - a. Distribuição equidistante dos serviços públicos e particulares que reforçam elementos de convivência e coesão da sociedade.
 - b. Distribuição equidistante dos bairros residenciais e locais de trabalho como forma de promover desenvolvimento local, menores deslocamentos e aumento da qualidade de vida.
 - II. Fortalecer o capital social e a cidadania*
 - a. Democratização do acesso às políticas sociais, garantia de equidade e justiça social e promoção de uma cultura de paz.
 - b. Garantia da equidade no acesso aos bens e serviços públicos – como rede de água, esgoto e energia, pavimentação e preservação de áreas verdes, transporte, educação e cultura, saúde e segurança etc.
 - c. Regularização e urbanização dos assentamentos informais (favelas), migrando as pessoas que ali vivem para moradias regulares, de forma a integrá-las à cidade.
 - d. Reconhecimento dos habitantes como cidadãos, com forte atuação do governo local no combate às desigualdades relacionadas a renda, gênero, raça e todas as formas de discriminação.
 - e. Planejamento urbano, inclusão digital e tecnologias a serviço dos cidadãos e dos negócios.
 - f. Promoção de valores e de uma educação que incentive estilos de vida e hábitos de consumo mais sustentáveis.
- 3. Promover negócios sustentáveis**
- a. Incentivo ao empreendedorismo e a modelos de negócios que reforcem a confiança, a cooperação, o dinamismo e a criatividade da economia local e a conectividade social.
 - b. Criação de modelos de financiamento acessíveis e de meios de mobilização de recursos para novos investimentos.
 - c. Estímulo às empresas para investir no desenvolvimento sustentável das cidades.
- 4. Fortalecer o capital natural**
- a. Garantia de que as políticas considerem as condições naturais da cidade e os biomas com os quais ela se relaciona.

- b. Plano de redução da dependência da cidade de fontes de energia externas e não renováveis.
- c. Eficiência no uso dos recursos naturais nos âmbitos residencial, empresarial e público.
- d. Adoção de medidas ambientalmente eficientes para o emprego dos recursos naturais na construção e uso das edificações.

Propostas para a Rio+20

Prioritárias

- Evoluir de políticas setoriais de direito à moradia para políticas de direito à cidade (“construir bairros e cidades, e não apenas casas”), aliadas à erradicação da pobreza, promoção da inclusão social, diminuição das desigualdades, promoção da saúde, incentivo à inovação e fomento à pesquisa (tecnológica, de gestão e de governança participativa nas cidades);
- Promover a cultura e a educação para a cidadania e engajar escolas públicas e privadas em programas sobre políticas públicas, democracia, direitos humanos e sustentabilidade;
- A ONU, os governos e a sociedade civil devem avançar na implementação de um sistema de governança participativa em todas as esferas da administração pública, incluindo as municipalidades, buscando instituir legislação que estabeleça um plano de metas para cada gestão, baseado em indicadores articulados com planos diretores, garantindo transparência, controle social e democracia participativa.

Outras propostas

- É preciso reforçar, no quadro das Nações Unidas e numa visão ampliada da função de *habitat*, a organização de um sistema facilitador de intercâmbio científico e tecnológico, visando a aprendizagem das cidades, umas com as outras, na construção de políticas de sustentabilidade. Para isso, governos locais, a sociedade civil e empresas se comprometem a adotar e dar ampla visibilidade às boas práticas de sustentabilidade urbana já implantadas nas mais diversas áreas, em muitas cidades do mundo, promovendo a socialização das experiências, tecnologias e processos para todas as cidades do planeta;
- Promover tanto a integração de temas como de departamentos/secretarias e municípios, articulando políticas de habitação, saneamento, segurança pública, mobilidade, adaptação e mitigação das mudanças climáticas, proteção de mananciais, melhora substantiva da qualidade do ar (segundo os padrões da Organização Mundial da Saúde) e promoção do desenvolvimento e do bem-estar humano;

- A ONU, a sociedade civil e os governos locais devem avançar na implementação de sistemas de governança participativa, com instrumentos efetivos de transparência, controle social e deliberações democráticas e participativas, mediante sistemas locais de indicadores técnicos e de percepção – sociais, ambientais, políticos, econômicos e culturais – que mensurem a qualidade de vida nas cidades, permitindo às populações locais participar e avaliar as políticas de sustentabilidade implementadas.
- A ONU e os governos locais devem adotar e apoiar a implantação em escala mundial de sistemas locais de indicadores técnicos e de percepção – sociais, ambientais, políticos, econômicos e culturais – que mensurem a capacidade das populações locais de atender as suas necessidades humanas fundamentais¹³, permitindo a essas populações participar das políticas de sustentabilidade implementadas e avaliá-las.
- Instituir legislação que estabeleça, em todos os municípios, um Plano de Metas para cada gestão, baseado em indicadores e articulado com o Plano Diretor. Os governos devem adotar sistemas locais de indicadores técnicos, com padrões globais – sociais, ambientais, políticos, econômicos e culturais – que mensurem a qualidade de vida e aspectos sociais e políticos, garantindo a governança participativa da sociedade.
- Priorizar o planejamento urbano participativo e sustentável, que promova a implementação de políticas de regularização urbanística e fundiária e urbanização de favelas, a mobilidade sustentável, reconhecendo a interdependência e integração entre os transportes, a saúde, a educação, o meio ambiente e o direito à cidade, e a implementação de programas estruturados de coleta seletiva e reciclagem, visando o desenvolvimento de sua cadeia de produção com a inclusão de catadores e cooperativas.
- Promover tanto a integração de temas como de departamentos/secretarias e municípios em torno do conceito de políticas de direito à cidade, articulando políticas de habitação, saneamento, mobilidade, adaptação e mitigação das mudanças climáticas, proteção de mananciais, melhora da qualidade do ar, promovendo a saúde, a inclusão social e a diminuição das desigualdades e incentivando a inovação e o fomento à pesquisa.

¹³ Segundo o economista e ecologista chileno Manfred Max-Neef, as necessidades humanas fundamentais são: subsistência, proteção, participação, lazer, afeto, compreensão, criatividade, identidade e liberdade.

Energia Sustentável para Todos

Contexto no Brasil e no mundo

A questão energética está essencialmente atrelada ao desenvolvimento da economia e à qualidade de vida das pessoas, mas sua geração e consumo representam importantes pressões sobre os recursos naturais. O padrão energético mundial está baseado em combustíveis fósseis, sendo responsável pela quase totalidade das emissões do principal gás de efeito estufa (GEE). Hoje, as fontes renováveis são responsáveis por apenas 12,9% da oferta de energia primária no mundo. Entretanto, estima-se que as fontes renováveis possam suprir até 77% das necessidades globais. Por outro lado, cerca de 1,6 bilhão de indivíduos ainda não têm acesso a energia elétrica.

As principais fontes de emissão de gases de efeito estufa identificadas hoje são os processos de geração de energia e transporte no cenário global, os quais, somados, representam aproximadamente 40% das emissões projetadas para 2030. A geração de energia sozinha responde por 26% das emissões globais, posicionando o setor como líder na lista de maiores emissores.

No Brasil, a predominância de hidrelétricas na geração de eletricidade e a elevada penetração do etanol no mercado de combustíveis impactam positivamente tanto o setor de geração de energia como o de transporte¹⁴. A matriz de geração de energia do Brasil é uma das mais limpas do mundo¹⁵ e hoje responde somente por 1% das emissões de GEE do país. Mesmo com a expectativa de que se dobre a produção de energia no Brasil nos próximos 20 anos, e que parte desse crescimento (14% da matriz de geração elétrica) tenha como base fontes de combustíveis fósseis, a participação das emissões do setor energético no total do Brasil ficará em torno de 3,5%, muito inferior à média mundial.

Para o Brasil, a crescente demanda por energia pode ser interpretada como uma oportunidade. A matriz energética limpa pode representar diferencial competitivo, atribuindo inclusive valor sustentável a produtos industrializados com menor impacto em emissões.

Mas iniciativas como a construção da hidrelétrica Belo Monte, na bacia do Rio Xingu, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e a exploração do pré-sal na bacia de Santos, liderada pela Petrobras, deixam dúvidas e levantam polêmicas sobre a direção do governo federal no sentido de efetivamente apoiar a transição para um modelo mais sustentável.

O Brasil carece de um processo participativo, no qual a sociedade civil e diferentes organizações possam contribuir com o diálogo e as tomadas de decisão sobre questões estratégicas, como a da energia. A ampla participação poderia facilitar a construção de um quadro “multimodal” de fontes de geração de energia disponíveis, cada uma com seus impactos sociais, ambientais e econômicos relacionados, a partir do qual se poderia escolher uma composição de matriz energética mais efetiva.

O Plano Decenal de Expansão de Energia aponta que as oportunidades para redução de emissões na geração de energia estão focadas na expansão das pequenas centrais hidroelétricas

¹⁴ Mackinsey & Company. *Caminhos para uma economia de baixa emissão de carbono no Brasil*.

¹⁵ Matriz energética limpa é a que não emite ou emite poucos gases de efeito estufa na produção e no consumo.

(PCHs). E que iniciativas de abatimento podem se concentrar na substituição de parte das expansões de usinas a gás e a carvão mineral pela duplicação do volume de energia de PCHs. Ou que se poderia investir mais agressivamente em energia eólica, solar e de biomassa.

Tradicionalmente, o Brasil tem experiência no uso de hidreletricidade e de biomassa (como o etanol) para produzir combustíveis. Tem liderança nesse setor e agora começa a produzir energia eólica e solar. Há uma grande oportunidade para que o Brasil aumente a proporção de renováveis muito rapidamente, usando novas tecnologias.

Mas não basta que as fontes de energia sejam renováveis; precisam ser sustentáveis. É importante observar que fontes energéticas como a hidráulica, a cana-de-açúcar, o carvão vegetal e outros biocombustíveis, ainda que tenham a vantagem de ser renováveis, podem tanto impactar negativamente o meio ambiente como implicar condições socioculturais desfavoráveis.

Para dar uma ideia do quanto de floresta nativa o Brasil tem consumido para produção de energia, citamos o caso do carvão vegetal, que, segundo o *Balanço Energético Nacional* de 2011, consumiu no ano anterior 36 milhões de m³ de madeira em sua produção, sendo menos de 1% deste montante era de madeira autorizada de manejo.

Ressaltamos também as oportunidades de ganho em eficiência energética, por meio de melhorias tecnológicas, de processo ou de hábito de consumo. Segundo o relatório da Empresa de Pesquisa Energética (EPE)¹⁶, a classe comercial apresentará a maior alta (5,8% anuais) entre os segmentos consumidores de energia, sendo a indústria a classe responsável por quase metade do consumo total de eletricidade no país e a residencial por aproximadamente 25% do total. Em todos esses segmentos, ganhos em eficiência energética poderiam ser intensificados.

Mesmo com iniciativas empresariais promissoras quanto ao aumento da eficiência energética, a manutenção de uma matriz limpa diante do aumento da demanda de energia apresenta uma série de desafios.

Desafios

1. Realizar a transição do atual sistema energético e um planejamento para cortar subsídios destinados às fontes fósseis e à energia atômica.
2. Adotar políticas tecnológicas inovadoras, de investimento e incentivo legal, com foco em energias renováveis.
3. Estabelecer estruturas claras (legislação/políticas públicas) para produção e utilização de energia (eficiência) e condições estáveis para empresas que invistam no setor energético.
4. Criar modelos de monitoramento dos custos reais de produção para as diferentes fontes de energia.
5. Perseguir o menor impacto socioambiental possível nas alternativas renováveis.
6. Atrair planos de desenvolvimento local a projetos energéticos, envolvendo populações afetadas pela implantação de projetos de geração de energia.

¹⁶ Acessível em www.epe.gov.br

7. Integrar diferentes interesses e visões dos setores governamental e privado (concessionárias), movimentos sociais e ambientalistas, favorecendo o diálogo genuíno, com regularidade e profundidade.
8. Monitorar o carbono de cadeias produtivas e investir em eficiência energética com ganhos de escala, favorecendo a competitividade global da cadeia.
9. Promover o consumo consciente de energia, mobilizando a sociedade.
10. Disponibilizar energia (limpa) para populações ainda sem acesso a redes elétricas.

Propostas para a Rio+20

Prioritárias

- Criar sistemas regulatórios e mecanismos de incentivos para a transição do atual sistema energético em direção à sustentabilidade, apoiando modelos de negócio que ampliem a viabilidade econômica de energias sustentáveis – por meio, entre outras formas, da descentralização da produção de energia e de maior eficiência em seu uso final – e estimulem o desenvolvimento tecnológico de novas gerações de biocombustíveis, biotecnologias e modalidades de bioenergia. Para tanto, são necessárias políticas tecnológicas inovadoras, também voltadas para a conservação de energia, além de um planejamento para a supressão dos subsídios à geração de energia por fontes fósseis e fonte atômica;
- Desenvolver um plano estratégico de longo prazo que tenha como objetivo uma matriz energética cem por cento renovável até 2050 e que considere:
 - Inclusão das externalidades no cálculo dos custos da energia, considerando-se aspectos sociais, ambientais e financeiros;
 - Direcionamento adequado dos investimentos e subsídios;
 - Incentivos claros para pesquisa e desenvolvimento voltados para a eficiência energética e novas tecnologias sustentáveis;
 - Universalização do acesso à energia.
- Propiciar a correlação entre as ações de eficiência energética e os princípios de sustentabilidade, vinculando planos globais e nacionais de eficiência energética a políticas de incentivo e a programas de educação energética, desenvolvidos desde o ensino fundamental.

Outras propostas

- Estabelecer um sistema regulatório para a produção e utilização de energia renovável e condições estáveis para que empresas invistam no setor energético.
- Criar modelos de monitoramento dos custos reais de produção das fontes de energia.
- Atrelar a construção de planos de desenvolvimento local aos projetos de geração de energia, com o envolvimento das populações impactadas.

- Criar espaços que favoreçam o diálogo e a integração de diferentes interesses e visões dos setores governamental e privado (concessionárias) e dos movimentos sociais e ambientais, com regularidade e profundidade.
- Estabelecer regras para monitoramento de emissões de gases de efeito estufa na produção de energia e padrões de monitoramento de eficiência energética nas cadeias produtivas, com definição de métricas e metas claras para redução.
- Criar mecanismos que obriguem a indústria de energia com base em combustíveis fósseis a financiar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação tecnológica e contribuam com a transição para um modelo energético sustentável.
- Os governos devem realizar, em conjunto com setores da indústria em que se constata menor eficiência energética, planos e acordos que viabilizem a transição gradual para modelos eficientes.

Desemprego, Trabalho Decente, Migrações e Direitos Humanos

Contexto no Brasil e no mundo

As décadas finais do século XX presenciaram o aprofundamento do processo de globalização econômica, que, por um lado, gerou efeitos positivos, com o aumento da livre circulação de produtos, serviços e informação, e, por outro lado, impactos negativos, com o aumento da complexidade dos impactos e mecanismos para garantia dos direitos humanos, bem como a ampliação do poder das empresas transnacionais.

Nesse cenário, grandes mudanças também ocorreram no mundo do trabalho, por conta de profundas alterações nos processos produtivos, nas tecnologias e nas relações de trabalho, provocadas pelas novas formas de organização dos mercados globais. Desemprego aberto, trabalho precário, informalidade, terceirização e transferência de setores com mão de obra intensiva para países e regiões com menores gastos e menos direitos passaram a representar riscos para o trabalho decente e a geração de empregos formais em todo o mundo.

O “crescimento sem emprego” é um risco apontado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) que foi confirmado em 2010, quando a recuperação do crescimento do PIB global em 2010 não foi acompanhada por uma recuperação comparável no nível de empregos. Entre aqueles com emprego, pelo menos 1,5 bilhão de pessoas em todo o mundo – cerca de metade da força de trabalho – estão em situações de emprego altamente vulneráveis. As condições que eles enfrentam incluem rendimentos inadequados ou altamente variáveis, subemprego, empregos temporários ou instáveis e condições de trabalho precárias, especialmente no que se refere a saúde e segurança ocupacional. O número de pessoas nas economias industriais que enfrentam condições precárias de emprego também aumenta.

Tais processos geraram a necessidade da emergência de novas soluções globais para dar conta de problemas transnacionais. O estabelecimento pelas Nações Unidas de padrões internacionais em relação às responsabilidades das empresas com os direitos humanos é um importante avanço nesse sentido. O relatório *Guiding Principles on Business and Human Rights: Implementing the United Nations “Protect, Respect and Remedy” Framework* estabelece as responsabilidades das empresas e a obrigação dos Estados de garantir os direitos humanos, prevendo parâmetros e conceitos nos contextos em que o Estado não dá conta de garanti-los ou, ao contrário, é o próprio violador.

O desenvolvimento sustentável deve se basear no fortalecimento da garantia dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos como caminho para a construção de uma sociedade fundamentada na liberdade, na paz e na justiça. E deve estar focado na promoção do trabalho decente e na criação de trabalhos verdes, com baixo impacto no meio ambiente e nos direitos humanos das comunidades e populações tradicionais, para substituir os empregos que são insustentáveis ao longo do tempo. Para se atingir o equilíbrio entre geração de trabalho, promoção dos direitos, autonomia e qualidade de vida para todos, a diminuição das desigualdades é fator indispensável.

O trabalho decente é aquele que promove as oportunidades necessárias para que mulheres

e homens possam ter uma atividade laboral em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana, sem nenhuma forma de discriminação e com oportunidades e renda justas e socialmente inclusivas. Segundo a OIT, o trabalho decente é o primeiro passo para sair da pobreza e também para uma maior integração social e busca atingir quatro objetivos: a criação de trabalho, a promoção dos direitos humanos, a garantia da seguridade social e a promoção do diálogo social.

O trabalho escravo atinge uma grande parcela de trabalhadores em diversas cadeias produtivas no mundo. As pessoas menos protegidas, como as mulheres, os jovens, os povos indígenas e os trabalhadores migrantes, são particularmente vulneráveis a ele. Com o aumento dos fluxos migratórios em todo o mundo, por conta do tráfico de pessoas ou pela ocorrência de crises econômicas, políticas e humanitárias, o trabalho forçado tem se tornado um problema cada vez mais grave, seja para exploração com fins econômicos, seja para exploração sexual, com maior incidência sobre meninas e mulheres. O trabalho infantil é também um dos mais graves meios de exploração de mão de obra. As estimativas globais mais recentes da OIT indicam que existem 215 milhões de crianças vítimas do trabalho infantil e que mais da metade delas estão envolvidas em suas piores formas.

No Brasil, muitas conquistas foram alcançadas nos últimos anos para a promoção dos direitos humanos e do trabalho decente. A diminuição dos níveis de miséria e pobreza foi um avanço que trouxe milhões de brasileiros para um novo patamar de cidadania. Apesar disso, ainda enfrentamos importantes desafios para que as conquistas no plano institucional cheguem a todas as camadas da população e a todas as regiões do país.

A informalidade é ainda um grande problema econômico e social, apesar dos avanços com a criação do programa microempreendedor individual, que possibilitou a formalização, em 2011, de 1,8 milhão de empreendedores. Estratégias empresariais de desenvolvimento de mercados inclusivos, incorporando microempreendedores nas cadeias de valor, ou políticas públicas que valorizem as pequenas empresas e os microempreendedores podem acelerar esse processo.

Representantes da Anistia Internacional, em visita ao Brasil entre maio e dezembro de 2009, identificaram os seguintes pontos críticos do contexto dos direitos humanos no país: o tratamento dado aos moradores de favelas e comunidades pobres; as condições desumanas e degradantes das prisões; os conflitos fundiários nas áreas rurais do país; a violação dos direitos dos trabalhadores, principalmente no setor agrícola; e expulsões forçadas e perda dos meios de subsistência de comunidades locais e povos indígenas provocadas pela construção de grandes obras de infraestrutura.

As disparidades de gênero e raça, bem como lacunas na inclusão de pessoas com deficiência, também são ainda enormes desafios para a garantia do trabalho decente no Brasil e no mundo. As mulheres, embora tenham conquistado importantes avanços em sua participação no mercado de trabalho, ainda sofrem com as inequidades e desigualdades que envolvem o trabalho doméstico, com sobrecarga de responsabilidades, e, segundo dados do IBGE, as diferenças salariais entre homens e mulheres ainda persistem. A população negra também continua tendo uma participação no mercado de trabalho inferior à que tem na população como um todo. Pesquisa divulgada pelo IBGE mostrou que a maioria dos negros considera que o local de trabalho é onde mais sofrem com as desigualdades raciais (71% dos entrevistados). Ações afirmativas para inclusão desses setores em desvantagem são, dessa

maneira, fundamentais para a redução das desigualdades sociais e para a promoção do trabalho decente.

As empresas são atores importantes para garantir e promover o respeito aos direitos humanos. Um exemplo neste sentido é o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, lançado em 19 de maio de 2005 pelo Instituto Ethos, a OIT e a ONG Repórter Brasil. O acordo reúne empresas brasileiras e multinacionais que assumiram o compromisso de não se relacionar comercialmente com empregadores da “Lista Suja do Trabalho Escravo”, e conta hoje com 250 empresas, representando aproximadamente 30% do PIB brasileiro.

Desafios

1. **Nova economia e direitos humanos.** Os direitos humanos devem ser a base para a nova economia. As responsabilidades para a sua promoção devem ser compartilhadas pelos governos, empresas, trabalhadores e a sociedade civil, gerando agendas positivas que contribuam com a melhoria da qualidade de vida, da autonomia e da liberdade. Os governos têm o desafio de aliar o desenvolvimento econômico ao aprimoramento contínuo dos padrões de respeito aos direitos humanos, enquanto as empresas têm o desafio de internalizar em sua gestão políticas e práticas que garantam esses direitos, segundo os padrões internacionalmente estabelecidos.

Será também fundamental o aprimoramento do diálogo entre empresas, governo, sociedade civil e trabalhadores para esse avanço, visando a construção de uma sociedade de confiança. A transição para a nova economia deverá ser equilibrada e justa, devendo-se aliar geração de empregos e respeito à natureza e às comunidades indígenas e tradicionais.

2. **Educação, sustentabilidade e direitos humanos.** Na transição para a nova economia, a educação deve ser vista como fator fundamental para a promoção dos direitos humanos e do trabalho decente e para a transformação de um modelo competitivo num modelo colaborativo e solidário, tanto entre as pessoas como entre elas e a natureza, respeitando-se os limites do planeta. A educação será a base para a criação de uma nova consciência e cultura de direitos e também de deveres, com o reconhecimento das responsabilidades com o outro e com a Terra.
3. **Economia verde e trabalho decente.** As políticas e modelos de negócio voltados para a economia verde devem promover as condições para a ampliação do trabalho decente. Para que a economia verde possa ser também incluyente e responsável, é necessário desenvolver políticas e incentivos adequados. São necessárias medidas inovadoras e integradas para desenvolver empresas sustentáveis e negócios inclusivos, impulsionar a criação de empregos, ampliar a formação e as competências dos trabalhadores, melhorar as medidas de segurança social e facilitar o processo de transição.

4. **Promoção do trabalho decente na cadeia produtiva.** Para mitigar e prevenir a ocorrência de trabalho escravo e outras violações aos direitos humanos na cadeia produtiva, as empresas têm a responsabilidade de estabelecer compromissos e padrões de operação, gerando corresponsabilidade com fornecedores e clientes. Esse desafio envolve a ação não só das empresas, como do governo e da sociedade civil. Promover o trabalho decente depende também de modelos de negócios e formas de organização das cadeias que garantam a geração de valor para as empresas, para seus fornecedores e trabalhadores e para a sociedade.

Propostas para a Rio+20

Prioritárias

- Reiteramos que os direitos humanos estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e demais convenções e pactos internacionais devem representar a base e a direção para a nova economia e que os compromissos e metas relacionados ao meio ambiente e à economia verde devem nortear-se pela perspectiva do direito humano ao meio ambiente saudável, com acesso aos recursos e serviços advindos da natureza (de forma análoga à proposta 67 do *Rascunho Zero* da Rio+20, que se refere a recursos hídricos, tendo em vista os demais aspectos essenciais para a vida na Terra, como o ar, o solo, as florestas etc.);
- Propomos o desenvolvimento de uma articulação de atores internacionais (empresas, governos, sociedade civil e trabalhadores) para a promoção da transparência e acesso a informações sobre as cadeias produtivas globais, tendo em vista o alcance de padrões mínimos internacionais de produção sustentável. Uma das ações propostas é a criação, em todos os países, a partir da experiência do Brasil, de “Listas Sujas do Trabalho Escravo” e sua compilação em uma “Lista Global”. Outra ação seria a disseminação de listas de empresas ambientalmente e socialmente responsáveis;
- Os Estados, a sociedade civil global e as organizações intergovernamentais devem trabalhar para a promoção contínua da educação formal e informal para a cidadania e para a sustentabilidade, dos direitos humanos e do pleno desenvolvimento das capacidades. As empresas também têm papel fundamental nesse sentido, por meio do investimento em inovação e formação profissional, bem como de programas específicos para a inclusão de jovens no mercado de trabalho. São necessárias ações para criar elos entre os sistemas educacionais e o mercado de trabalho, as quais devem focar na geração de trabalhos verdes.

Outras propostas

- Reforçamos a importância da aprovação dos itens 73 e 74 do *Rascunho Zero*, relacionados a empregos verdes e inclusão social, e ressaltamos que as políticas de inclusão devem promover a cidadania ativa, possibilitando a autonomia e a emancipação dos trabalhadores, com inclusão social, econômica e política.
- É preciso rever o atual modelo internacional de governança para garantir, promover e fiscalizar a promoção dos direitos humanos, de forma a assegurar o estabelecimento de responsabilidades para a efetivação desses direitos em todo o mundo.
- Enfatizamos que o diálogo social entre empresas, governo, sociedade civil e trabalhadores é caminho fundamental para a superação dos dilemas relacionados à transição para uma nova economia (sobretudo com a harmonia entre criação de trabalho, equilíbrio ambiental e respeito aos direitos das comunidades e aos aspectos étnico-raciais, de orientação sexual, de identidade de gênero e os relativos às pessoas com deficiência). Propomos o fortalecimento desse diálogo e sua consolidação dentro dos países e organizações intergovernamentais, principalmente as Nações Unidas, com previsão de mecanismos e espaços institucionalizados para sua garantia nos processos decisórios e de planejamento.
- É preciso avançar na melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, do 84º. lugar no mundo, que ocupa hoje, para o 50º. lugar, até 2020.
- Propomos o desenvolvimento de uma articulação de atores internacionais (empresas, governos, sociedade civil e trabalhadores) para a promoção da transparência e acesso a informações nas cadeias produtivas globais e a criação de um Índice de Trabalho Decente (ITD), tendo em vista alcançar padrões internacionais mínimos de produção sustentável.

Gestão Responsável e Sustentável da Água

Contexto no Brasil e no mundo

O acesso à água potável e ao saneamento básico foi considerado um direito humano essencial pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em julho de 2010. É um direito intrinsecamente ligado aos direitos à vida, à saúde, à alimentação e à habitação. Água é fonte primária de vida e elemento essencial para o desenvolvimento socioeconômico: agricultura, pecuária, indústria e todas as demais atividades produtivas dependem de recursos hídricos. Fatores como o crescimento demográfico, alterações nos padrões de consumo e mudanças climáticas vêm agravando as condições de qualidade e abastecimento, de modo a afetar as condições de vida de populações vulneráveis e sinalizar a crise no horizonte de todos. Estima-se que em 2030 a demanda mundial de água seja 30% superior à atual, gerando desafios de governança dos recursos hídricos em diversos âmbitos.

Atualmente, cerca de 11% dos habitantes do planeta não têm acesso à água potável e há uma grande disparidade entre as regiões, com destaque para zonas críticas como a África Subsaariana, onde esse índice chega a 39%. Mas, de modo geral, os avanços têm sido expressivos e a meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nesse campo já se cumpriu. No que diz respeito ao saneamento básico, porém, a meta dificilmente será alcançada. Além das profundas desigualdades regionais, o serviço é inacessível para 37% da população mundial.

O Brasil é um país privilegiado em relação à disponibilidade de água, possui 12% da reserva de água doce do planeta, detém 53% dos mananciais de água doce disponível na América do Sul e possui o maior rio do planeta (o Amazonas). No entanto, mesmo com grande disponibilidade de recursos hídricos, o país sofre com a escassez de água potável em alguns lugares. A água doce disponível em território brasileiro está irregularmente distribuída: aproximadamente 72% dos mananciais estão na Região Amazônica, restando 27% no Centro-Sul do país e apenas 1% na Região Nordeste, o que representa um grande desafio para a promoção do desenvolvimento social e ambiental no semiárido brasileiro.

Outro fator agravante é a ausência de saneamento básico nas residências da população brasileira. Segundo o relatório *Conjuntura dos Recursos Hídricos*, divulgado em 2011 pela Agência Nacional de Águas (ANA), o país coleta 56,6% do esgoto doméstico urbano. Entretanto, apenas 34% desse volume passam por tratamento.

O esgoto doméstico não tratado provoca a contaminação das águas, rios e lençóis freáticos, que também podem ser afetados por atividades agrícolas, industriais, mineradoras e pela forma de ocupação e uso do solo. A falta generalizada de mecanismos adequados para o descarte final de resíduos humanos tem impacto nas próprias atividades econômicas, como no caso mais evidente da pesca, e provoca graves consequências na saúde pública. Quatro mil crianças menores de 5 anos morrem diariamente no mundo em razão de doenças de veiculação hídrica, superando o número de mortes decorrentes de todas as formas de violência,

incluídas as guerras. Pesquisas indicam que, para cada R\$ 1,00 investido em saneamento, o governo brasileiro deixa de gastar R\$ 5,00 em serviços de saúde, ou seja, é um investimento que proporciona qualidade de vida para a população e economia aos cofres públicos em curto prazo. O Brasil desconhece o nível de contaminação de suas águas subterrâneas, mas o governo federal anunciou um investimento de R\$ 15 milhões no levantamento desses dados.

O consumo de água no Brasil divide-se da seguinte forma: 59% destinados à agricultura, 22% em uso doméstico e 19% em uso industrial. Em todos os setores, os maiores desafios se concentram na gestão responsável e sustentável da água. Especificamente em relação ao uso doméstico, boa parte do desperdício se concentra nos vazamentos escondidos, descargas soltas ou antigas e na falta de racionalização do uso. É necessário; portanto, trabalhar na vertente da educação para o consumo consciente.

De acordo com Achim Steiner, diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), “a gestão sustentável e o uso da água – graças ao seu papel fundamental na segurança alimentar, na obtenção de energia ou apoiando valiosos serviços ambientais – sustenta a transição para uma economia de baixo teor de carbono e de uso eficiente de recursos”.

No século XX, a gestão dos recursos hídricos foi pautada por uma ação setorial (pesca, energia, navegação), em nível local (rios, lagos, represas, águas subterrâneas) e de resposta a crises. No século XXI, é necessária uma transição para uma gestão integrada que considere os múltiplos usos da água, em nível de ecossistema, tendo a bacia hidrográfica como unidade funcional, e com capacidade preditiva que inclua avaliação de tendências, antecipação de impactos e análises de risco. Por isso, há que se avançar na transversalidade da gestão dos recursos hídricos nas políticas públicas. A questão da água foi considerada uma agenda transversal no Plano Plurianual 2012-2015 do governo brasileiro, que considera programas, objetivos, metas e iniciativas que tratam especificamente ou têm forte impacto sobre as políticas relacionadas a esse tema.

No setor privado, os desafios se apresentam em termos de riscos para os negócios. Existe o chamado risco físico, diretamente vinculado à quantidade e qualidade da água. A escassez também gera riscos financeiros e eleva custos. Existem também os riscos associados a mudanças na regulamentação, considerando-se que a água é um bem público cuja administração está sujeita às leis do Estado. Alterações nesse âmbito podem elevar os custos operacionais, reduzir o interesse de investidores e mudar a dinâmica da concorrência. Por fim, há riscos relacionados à reputação da empresa, já que incidentes aparentemente locais podem se traduzir em sérios danos à imagem da organização, especialmente considerando-se o poder de difusão das mídias sociais.

A gestão corporativa dos recursos hídricos vem então ganhando valor estratégico. Há cada vez mais empresas realizando mapeamento de risco em bacias hidrográficas, medindo seu consumo de água em operações diretas e na cadeia de valor, estabelecendo metas relacionadas ao uso da água, implementando tecnologias para aumentar seu reúso e reciclagem, ampliando o engajamento com *stakeholders* e divulgando seus esforços de gestão da água.

No Brasil, empresas líderes do setor de bebidas estão tomando medidas para reduzir o consumo de água em seu processo produtivo em cerca de 20%, no curto prazo, e vêm registrando progressos. Além disso, são várias as iniciativas criadas para a conservação e gestão dos recursos hídricos. Podemos citar: o Projeto Água das Florestas Tropicais Brasileiras e o Programa Água Limpa e Gestão Socioambiental da Água (Coca-Cola); o Programa Recon – Conservação de Recursos e o concurso Eco Challenge (PepsiCo); o projeto Gestão de Recursos

Hídricos e o movimento Cyan (Ambev). Vale ainda mencionar o Programa Água Brasil (Banco do Brasil) e o Programa Cultivando Água Boa (Itaipu Binacional), que desenvolve ações de sustentabilidade ambiental em 29 municípios da Bacia Hidrográfica do Paraná III.

O CDP Water Disclosure incentiva grandes empresas que fazem uso intensivo de recursos hídricos a responder um questionário proposto pelos principais investidores a respeito da gestão corporativa da água, visando melhores padrões de medição e transparência no tema. O objetivo é ampliar o conhecimento em relação aos riscos e oportunidades envolvidos e fornecer dados para as tomadas de decisão de investidores, empresas e governos. O CEO Water Mandate é uma iniciativa público-privada criada no marco do Pacto Global para auxiliar empresas no desenvolvimento, implementação e divulgação de práticas e políticas de gestão sustentável da água. No fim de 2011, foi lançada uma plataforma digital com recursos e ferramentas práticas de avaliação da gestão corporativa da água.

A estrutura da economia e comércio globais também interfere nessa problemática, que vem incorporando o uso de novos conceitos, como o de **água virtual** e o de **pegada hídrica**. Este indicador define o volume total de água doce utilizado para a produção de bens ou serviços, fornecendo uma base para a avaliação de seus impactos e para a formulação de estratégias de redução. Muitos países externalizam significativamente sua pegada hídrica ao importar bens intensivos em água, provocando estresse hídrico nas regiões de exportação, que podem carecer de mecanismos eficientes para a governança e conservação da água.

Na América Latina, mais de 40 milhões de pessoas de comunidades rurais e periurbanas buscam resolver o déficit de água e saneamento por meio da gestão comunitária. Estudo do Banco Mundial assegura que esse tipo de gestão tem potencial para atender ao menos outras 18 milhões de pessoas, desde que conte com apoio e reconhecimento por parte da sociedade, dos governos e das empresas privadas.

Desafios

1. Garantir o acesso e a distribuição da água potável como um direito humano.
2. Sensibilizar a sociedade em prol do uso responsável da água e da difusão da informação para promover o controle social de políticas públicas e ampliar o processo participativo na gestão de recursos hídricos
3. Implementar e ampliar modelos integrados de gestão de recursos hídricos, considerando seus múltiplos usos: água potável, saneamento, agricultura, indústria e energia.
4. Criar parâmetros para valoração, precificação e contabilidade dos recursos hídricos para guiar decisões de consumo e investimento de famílias, empresas e políticas públicas. Em particular, desenvolver e expandir modelos nacionais e internacionais de pagamento por serviços ambientais em áreas relacionadas ao uso da água, agricultura, pesca e sistemas florestais, a fim de preservar e restaurar os ecossistemas
5. Desenvolver metodologias e sistemas de informação para mapear a disponibilidade e qualidade da água.
6. Promover o desenvolvimento de ferramentas financeiras e econômicas.
7. Implementar métodos mais efetivos de não contaminação e tratamento de água e efluentes.

8. Aprimorar o marco legal, garantir a aplicação da lei por meio da fiscalização e fortalecer os arranjos institucionais previstos na Lei 9.433.
9. Desburocratizar os processos de outorga de direitos de uso de recursos hídricos.

Propostas para a Rio+20

Prioritárias

- Investir e incentivar a pesquisa e desenvolvimento para redução dos impactos da atividade humana sobre os recursos hídricos e para a aplicação efetiva dos métodos de tratamento de efluentes, buscando aproximar governos, corporações e instituições de ensino e pesquisa.
- Por meio de uma proposta de mudança cultural dos governos em todas as esferas, estabelecer objetivos e metas para o gerenciamento de recursos hídricos, focando em medidas preventivas, e não somente corretivas, a exemplo da redução da poluição da água, saneamento ambiental, promoção da eficiência hídrica e tratamento de efluentes.
- Implementar o Programa de Segurança da Água (PSA) como parte das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), a fim de garantir a qualidade da água para consumo humano por meio da aplicação e utilização de um modelo operacional de boas práticas de gestão no sistema de abastecimento, minimização da contaminação na origem das águas e controle das fontes de abastecimento.

Outras propostas

- Criar parâmetros para valoração e precificação dos recursos hídricos.
- Priorizar o tema na agenda política dos governos e empresas para o fortalecimento das ações e políticas locais de gestão dos recursos hídricos.
- Criar campanha de sensibilização e educação para preservação dos recursos hídricos.
- Restringir o uso de substâncias químicas tóxicas e poluentes para evitar a poluição de lençóis freáticos e corpos d'água.
- Envidar todos os esforços para manter os serviços ecossistêmicos fornecidos pela água por meio de estratégias de conservação florestal.
- Investir fortemente (via parcerias público-privadas) no atendimento ao direito humano ao acesso à água de qualidade, à distribuição, ao tratamento e ao saneamento (coleta e tratamento do esgoto).
- Governos nacionais devem articular os diversos atores da sociedade em torno de compromissos pela gestão integrada dos recursos hídricos (com visão setorial, por atividades econômicas e por bacias hidrográficas), estabelecendo objetivos e metas para o gerenciamento dos recursos hídricos, incluindo a redução da poluição da água, a promoção da eficiência hídrica e o tratamento do esgoto, especialmente nas áreas urbanas.
- Estabelecer objetivos e metas para o gerenciamento dos recursos hídricos, incluindo a

redução da poluição pelo tratamento do esgoto e dos resíduos sólidos, entre outros meios, a promoção da eficiência hídrica e a manutenção dos serviços ambientais da água, com o apoio de ações de educação e de sensibilização.

- Estabelecer objetivos e metas para o gerenciamento dos recursos hídricos a partir da disponibilidade específica da bacia, com a redução da poluição da água, a promoção da eficiência hídrica e o tratamento obrigatório do esgoto, especialmente nas áreas urbanas.
- Estabelecer objetivos e metas para o gerenciamento dos recursos hídricos, incluindo a redução da poluição da água, a promoção da eficiência hídrica e o tratamento do esgoto, por meio da articulação entre os diversos setores da sociedade.
- Criar no sistema das Nações Unidas uma agência que trate do tema “água”.
- Priorizar a regulamentação para o uso múltiplo dos recursos das bacias hidrográficas, estabelecendo regras para a utilização sustentável dos que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da água potável (considerando estratégias de conservação dos ecossistemas, uso consciente da água e tratamento de efluentes).
- Implantar gestão integrada, comprometida e articulada com objetivos e metas para o gerenciamento dos recursos hídricos, a qual deve incluir o desenvolvimento de novas tecnologias e o estímulo constante a inovações, buscando a redução da poluição da água, a promoção da eficiência hídrica e o tratamento do esgoto, especialmente nas áreas urbanas.
- Priorizar o tema na agenda política dos governos e empresas para o fortalecimento das ações e políticas locais de gestão de recursos hídricos, garantindo o acesso a água segura e saneamento para atendimento das necessidades básicas, com controle social.
- Priorizar o tema na agenda política dos governos e empresas para o fortalecimento das ações e políticas locais de gestão de recursos hídricos, investindo em pesquisa e desenvolvimento, para reduzir os impactos da atividade humana sobre esses recursos e criar novos métodos de tratamento de efluentes.
- Aprimorar as metodologias de valoração da água, objetivando induzir mudanças tecnológicas e gerenciais preventivas, em todos os setores consumidores – industrial, doméstico e agropecuário.

Florestas e Mudanças Climáticas

Contexto mundial e nacional

As principais causas do aumento da concentração dos gases de efeito estufa (GEE) são o uso de combustíveis fósseis, os processos de mudança no uso da terra e a agricultura. Para o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), o aquecimento médio da Terra em mais de 2°C trará consequências sérias para o planeta. Segundo dados do *Panorama Ambiental* da OCDE para 2050, as consequências da inação, dentre os impactos do aumento da temperatura global, estão uma perda de 10% na biodiversidade mundial, uma duplicação no número de mortes prematuras por exposição à poluição para 3,6 milhões por ano e um aumento significativo nos custos para mitigar os riscos climáticos.

Para que a temperatura média do planeta não aumente mais que 2°C é necessário limitar a concentração de CO₂ e na atmosfera em até 450 ppm (partes por milhão). Para isso, a emissão total de GEE durante este século não deve ultrapassar, em média, 18 Gt CO₂e/ano. As emissões globais atualmente ultrapassam 40 Gt CO₂e/ano.

No contexto político internacional, governos tentam chegar a um acordo sobre metas globais de redução de GEE e financiamento de medidas de mitigação e adaptação. No entanto, ainda há grande resistência de alguns países. Na última Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-17), em Durban, foi aprovado um segundo período para o Protocolo de Kyoto, com início em janeiro de 2013. Canadá, Japão e Rússia se recusaram a aderir ao novo período do protocolo e os Estados Unidos nunca chegaram a ratificá-lo. As partes signatárias do segundo período se comprometem a reduzir suas emissões em pelo menos 25% a 40% abaixo dos níveis de 1990, até 2020.

Além disso, na COP-17 foi estabelecida a Plataforma de Durban para Ação Reforçada, que busca encontrar uma direção para o regime climático, iniciando uma rodada de negociações que será concluída em 2015 e operacionalizada até 2020.

De acordo com a ONU, estima-se em US\$ 200 bilhões por ano a necessidade de recursos para atender as ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Assim, o financiamento climático é aspecto-chave para o sucesso da implantação das decisões da COP-17. O processo de negociação estabeleceu o Fundo Verde de Clima (Green Climate Fund) e o compromisso dos países é o de alimentar esse fundo com US\$ 30 bilhões já em 2012, progredindo até chegar a US\$ 100 bilhões por ano em 2020. Esses recursos são fundamentais para apoiar ações de mitigação e adaptação (incluindo capacitação e transferência de tecnologia) às mudanças climáticas em países em desenvolvimento, principalmente nas nações mais pobres. No entanto, os negociadores ainda não chegaram a um consenso sobre as fontes de recursos que irão alimentar esse fundo, criando uma grande incerteza sobre seu sucesso. É fundamental haver comprometimento dos países desenvolvidos sobre recursos novos e adicionais e o estabelecimento de fontes inovadoras.

Outro impasse no contexto econômico internacional são os mecanismos de financiamento climático regulados por Kyoto. No mercado de créditos de carbono, por exemplo, a falta de clareza sobre o segundo período e a redução da demanda da Europa, por causa da crise econômica, retraíram fortemente o valor do carbono. Além disso, constata-se um descompasso

entre a oferta disponível de permissão de emissões e a geração de créditos de carbono. Tal fato tem desestimulado os desenvolvedores de projetos a investir mais e criar uma oferta futura de redução de carbono para Kyoto.

Por outro lado, o mercado voluntário de carbono, embora tenha se mantido com um crescimento expressivo, equivale hoje a apenas 0,3% do total negociado no mercado de carbono. O Esquema Europeu de Comércio de Emissões (EU ETS) tem 97% do mercado.

No Brasil, a maior fonte de emissão de gases de efeito estufa é o desmatamento. De acordo com a Segunda Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima, o setor de mudança no uso da terra e florestas é responsável por 61% do total de emissões. A agricultura aparece em seguida, com 19% das emissões nacionais, e o setor de energia é responsável por outros 15%. O inventário também contabiliza emissões de processos industriais e do tratamento de resíduos, responsáveis, respectivamente, por 3% e 2% do total nacional.

Em nível global, estima-se que entre 10% e 15% das emissões de GEE sejam provenientes do desmatamento e de queimadas. Esse fato tem reforçado a importância da conservação e manutenção das florestas para combater os efeitos do GEE. Isso porque as florestas têm a capacidade de retirar e estocar gás carbônico da atmosfera, incorporando o carbono em sua matéria viva e liberando oxigênio. Além disso, as florestas geram diversos serviços ambientais que permitem o bem-estar da humanidade: protegem o solo da erosão, regulam a umidade relativa do ar e o clima local e regional, mantêm o ciclo das chuvas e permitem a manutenção da biodiversidade.

Reconhecendo a importância de mitigar os efeitos das emissões de GEE brasileiras, o governo instituiu, em 2004, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal. Lançou também, em 2008, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, desenvolvido com o apoio do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, versão nacional do IPCC. E em 2010, instituiu o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado.

No ano de 2009, o governo federal promulgou a Lei 12.187, que dispõe sobre a Política Nacional sobre a Mudança no Clima e oficializa o compromisso voluntário do Brasil de redução de emissões de GEE entre 36,1% e 38,9% das emissões projetadas até 2020. Para atingir as metas, a política prevê a elaboração de planos setoriais com ações de mitigação e adaptação, indicadores e metas específicas de redução de emissões e mecanismos para a verificação do seu cumprimento. Agora o desafio é harmonizar tanto as legislações estaduais com a nacional quanto as políticas públicas em geral com metas nacionais, assim como operacionalizar os planos setoriais com as realidades específicas de cada setor e região.

Iniciativas empresariais brasileiras como a Plataforma Empresas pelo Clima, a Rede Clima, a Câmara Técnica de Energia e Mudança do Clima e o Fórum Clima – Ação Empresarial sobre Mudanças Climáticas demonstram o esforço das empresas em aumentar a eficiência e reduzir a intensidade de carbono. No entanto, mesmo com todos os avanços em políticas e práticas empresariais, as emissões de carbono continuam se elevando. Vive-se um paradoxo: se, por um lado, consegue-se maior eficiência, por outro emite-se mais carbono por causa do aumento da demanda com o crescimento populacional e econômico.

Especialistas afirmam que a superação desse paradoxo só será possível com novas propostas de desenvolvimento. E, embora as metas de redução de GEE sejam negociadas somente no

âmbito da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima, a Rio+20 é o espaço oportuno para refletir e acordar sobre como deve ser esse novo paradigma de desenvolvimento.

Desafios

a) Mitigação. Somos uma população de 7 bilhões de habitantes, em crescimento, inserida numa cultura de crescimento ilimitado, na qual as demandas da humanidade excedem a capacidade do nosso planeta. Uma economia de baixo carbono envolve mudanças de comportamento em larga escala, financiamento para ações de mitigação, inovação em processos produtivos e soluções tecnológicas que resultam em menor impacto sobre o clima do planeta. Alguns desafios desse contexto são:

- Viabilização em larga escala de fontes renováveis de energia e de baixo carbono;
- Metas e compromissos internacionais ousados para a redução das emissões de GEE;
- Harmonização do desenvolvimento com a conservação e manutenção das florestas, agricultura de baixo carbono, agropecuária, urbanização e superação da desigualdade social;
- Metas e compromissos internacionais para o controle do desmatamento e a preservação de florestas;
- Reconhecimento, valoração e taxação de serviços ambientais e ecossistêmicos;
- Pesquisa e desenvolvimento de técnicas avançadas de agricultura (climate-smart agriculture);
- Planejamento urbano eficiente que garanta um modo de vida baseado numa estrutura de baixo carbono;
- Restrição legal de escolhas que comprometam os esforços aplicados à superação do desafio das mudanças climáticas;
- Superação do paradoxo: aumento de eficiência versus aumento de demanda versus baixa emissão de GEE;
- Harmonização das legislações estaduais brasileiras com a nacional e as políticas em geral com as metas;
- Operacionalização dos planos setoriais com as realidades específicas de cada setor e região.

b) Adaptação

- Harmonização de setores públicos e políticas para assegurar atendimento preventivo e rápido às demandas provenientes das mudanças climáticas (desastres, secas, enchentes etc.);
- Aumento da capacidade de adaptação, por meio de sua inserção no planejamento territorial e *design* urbano.

c) Construção de uma nova cultura focada na ética e prosperidade com equidade

- Permitir uma educação focada no princípio da escolha consciente e ética, a qual permite que as pessoas tenham consciência sobre o impacto de suas escolhas e decidam, a partir da ética, que cultura querem conservar;
- Valorizar a cultura que reconhece a legitimidade de cada pessoa e sua autonomia de conhecer, entender e agir a partir de sua ética consciente do limite da Terra, de não causar danos aos outros e do cuidado.

Propostas para a Rio+20

Prioritárias

- Fortalecer e garantir acesso às fontes de financiamento existentes e estabelecer fontes de financiamento adicionais e ampliadas, no âmbito das Nações Unidas, para que os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos possam investir em desenvolvimento sustentável.
- Criar e viabilizar a implantação de um sistema internacional de valorização e compensação pelos serviços ecossistêmicos. Esse sistema deve contemplar mecanismos e instrumentos legais, institucionais e financeiros, harmônicos e integrados numa lógica de promoção do desenvolvimento sustentável, conforme princípios e objetivos definidos em tratados relevantes no âmbito das Nações Unidas, devendo contemplar ainda critérios de transparência e aprendizagem acerca das mudanças climáticas e seus impactos sobre as florestas e outros ecossistemas importantes.
- Entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, incluir metas globais para redução do desmatamento e da degradação florestal e para conservação e restauração de ecossistemas naturais, de forma a zerar perdas líquidas de florestas. Tais metas devem estar integradas ao desenvolvimento econômico e social. Sistemas de monitoramento e verificação devem ser estabelecidos para garantir o seu cumprimento.

Outras propostas

- Assegurar recursos adicionais de fontes existentes e inovadoras para apoiar as ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas nos países em desenvolvimento, de forma a atingir as metas de financiamento no Fundo Verde de Clima, de US\$ 32 bilhões em 2012, progredindo até US\$ 100 bilhões por ano em 2020.
- Nós nos comprometemos a implementar urgentemente todos os acordos firmados na COP-17, em Durban, e aguardamos ansiosamente sua implementação.
- Apoiamos a retirada gradual de subsídios do mercado que sejam ambientalmente prejudiciais e impeçam a transição para o desenvolvimento sustentável, incluindo os que envolvem combustíveis fósseis, agricultura e pesca, com proteções para grupos vulneráveis.

- Com a finalidade de promover o desenvolvimento territorial sustentável, os países devem harmonizar suas políticas, medidas, ações, mecanismos e instrumentos (legais, regulatórios, financeiros, de fomento etc.) que apoiam a conservação dos ecossistemas naturais com aqueles que viabilizam as diferentes atividades econômicas no seu entorno, como agricultura, pecuária, plantios florestais, manejo de recursos naturais, mineração e infraestrutura, entre outros.

Estabelecimento de Padrões Sustentáveis de Produção e Consumo

Contexto nacional e mundial

Segundo definição do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), consumo sustentável é “o uso de bens e serviços que atendam às necessidades básicas, proporcionando melhor qualidade de vida, enquanto minimizam o uso dos recursos naturais e materiais tóxicos, a geração de resíduos e a emissão de poluentes durante todo ciclo de vida do produto ou do serviço, de modo que não se coloquem em risco as necessidades das futuras gerações”. Também define a produção sustentável como “a incorporação, ao longo de todo o ciclo de vida de bens e serviços, das melhores alternativas possíveis para minimizar custos ambientais e sociais. (...) Vista numa perspectiva planetária, a produção sustentável deve incorporar a noção de limites na oferta de recursos naturais e na capacidade do meio ambiente para absorver os impactos da ação humana”.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) ilustra a visão de produção e consumo sustentável como um ciclo fechado, desde o manejo dos recursos naturais até o gerenciamento dos resíduos sólidos, mostrando claramente a influência e interdependência das duas dimensões da ação humana: “A produção afeta o consumo (por exemplo, por meio de *design* de produtos e dos apelos do *marketing*), mas também o consumo afeta a produção (por exemplo, na medida em que as escolhas dos consumidores influenciam as decisões dos produtores)”. Os desafios extrapolam a etapa de produção, o que reforça a necessidade de trabalhar o processo como um todo, desde a incorporação de questões ambientais e sociais no desenho do produto até a discussão sobre o que acontece com o produto depois de descartado.

Algumas iniciativas vêm surgindo no Brasil e no mundo em busca de promover, trabalhar, medir e alavancar os padrões de produção e consumo sustentável, dentro na nova economia. O Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), do governo brasileiro, tem como missão fomentar políticas, programas e ações de consumo e produção sustentáveis voltadas a ampliar as soluções para problemas socioambientais, consoante com as políticas nacionais que visam à erradicação da miséria, à redução de emissões de gases de efeito estufa e ao desenvolvimento sustentável e com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, sobretudo com as diretrizes do Processo de Marrakesh.

O Processo de Marrakesh é uma iniciativa global para apoiar a elaboração de um quadro de dez anos de programas sobre consumo e produção sustentáveis, como preconizado pelo Plano de Ação de Joanesburgo. Os objetivos pensados são para ajudar os países em seus esforços para suas economias verdes, ajudar as empresas a desenvolver modelos de negócios mais verdes e incentivar os consumidores a adotar estilos de vida mais sustentáveis.

As empresas, em parceria com organizações da sociedade civil, também estão tomando

iniciativas para o estabelecimento de padrões mínimos de conduta na cadeia produtiva. No Brasil, existem iniciativas importantes nessa direção, como o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo e o Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção. Ou ainda pactos setoriais como o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar e os pactos da Soja, da Madeira e da Pecuária. Adicionalmente, grupos de trabalho vêm se estruturando para discutir em profundidade determinados temas, como o recém-lançado Grupo de Trabalho do Carvão Sustentável. No âmbito internacional, iniciativas similares também ocorrem, como o Round Table on Responsible Soy e o Pacto Global da ONU, por exemplo.

O estudo *Global Outlook on Sustainable Consumption and Production Policies*, recém-lançado pelo Pnuma, ressalta a evolução do conceito e a abordagem das estratégias de produção e consumo sustentável por meio dos acordos globais multilaterais e estratégias regionais e das ferramentas de regulação voluntária e iniciativas implementadas pelos governos, empresas e organizações da sociedade civil.

Mudanças de padrões de produção e consumo são resultado de iniciativas empresariais articuladas a políticas públicas que promovam incentivos adequados à produção sustentável. Para que ocorram mudanças efetivas nos padrões de produção, políticas industriais, fiscais, de crédito, de fomento, de inovação, de ciência e tecnologia, de infraestrutura e de desenvolvimento regional devem ser planejadas de forma integrada e adequadas às condições de mercado.

Do lado do consumo, o relatório *Estado do Mundo 2010* aponta que, em 2006, os 65 países com maior renda – representando apenas 16% da população mundial – eram responsáveis por 78% dos gastos com o consumo. Com a crescente ascensão da classe média, como ocorre no Brasil, e a estratégia das empresas de criar produtos e serviços para a população de baixa renda, o mercado consumidor tende a aumentar. Como conciliar a redução do consumo de recursos naturais com as novas demandas de consumo é um dos maiores desafios da sociedade, no Brasil e no mundo.

O consumo excessivo não causa impacto negativo apenas sobre o planeta. Casos de endividamento excessivo, obesidade e compra por compulsão são apenas alguns dos problemas sociais gerados pelo consumo. Mudanças de comportamento dos consumidores dependem de mudanças culturais, mas também da ampliação da responsabilidade social e da regulação da publicidade.

Desafios

Implantar políticas de produção sustentável

- a. Definir medidas fiscais para alavancar os padrões de sustentabilidade dos produtos, criando incentivos para a produção sustentável e considerando as externalidades de todo o ciclo de vida do produto.
- b. Criar subsídios, tais como programas de financiamento para inovação e apoio a pequenos produtores rurais e às micro, pequenas e médias empresas, para que adotem padrões de sustentabilidade.
- c. Adotar compras públicas sustentáveis, conforme padrões definidos em conjunto com o mercado.

- d. Articular os programas do governo com os planos estratégicos empresariais por meio de planos setoriais que contemplem os impactos socioambientais ao longo do ciclo de vida dos produtos e serviços.

Implantar políticas de promoção do consumo sustentável. A promoção do consumo sustentável deve tanto contribuir para mudar o comportamento dos consumidores quanto mudar as características dos produtos. Para isso, as políticas voltadas ao consumo devem promover:

Incentivos ao consumo com padrões de sustentabilidade

- a. Criar metodologias de precificação das externalidades socioambientais.
- b. Realizar campanhas sobre padrões de sustentabilidade, mostrando as vantagens econômicas de longo prazo para o consumidor (por exemplo, eletrodomésticos com melhor relação de consumo de energia elétrica).
- c. Estabelecer padronização de rotulagem ambiental e social.
- d. Subsidiar o consumo de produtos com padrões de sustentabilidade.

Desincentivos à produção não sustentável

- a. Estabelecer regras mais rígidas contra a obsolescência dos produtos e incentivos a novos modelos de negócio baseados no reuso e na reciclagem.
- b. Criar restrições a produtos que causem danos à saúde e impactos sociais negativos.
- c. Adotar restrições à propaganda de produtos e serviços que causem danos sociais e ambientais.

Promoção de mudanças nas regras de funcionamento dos mercados

- a. Assegurar a definição de indicadores e monitoramentos da produção e consumo como forma de medir a eficácia das políticas.
- b. Criar novos mecanismos de incentivo e restrição nos investimentos e financiamentos da produção e consumo.
- c. Desenvolver um novo padrão nacional de contabilidade para mensuração do desenvolvimento.
- d. Adotar padrões de sustentabilidade na regulação do comércio internacional.

Propostas para a Rio+20

Prioritárias

- Direcionar o marco regulatório no sentido de fortalecer a estrutura de educação e comunicação para promover o consumo sustentável;
- Desenvolver e implantar políticas nacionais de produção e consumo sustentáveis articuladas com os programas do governo e com os planos estratégicos empresariais e setoriais. As políticas devem endereçar os seguintes itens:

- Medidas fiscais e subsídios para alavancar os padrões de sustentabilidade dos produtos e serviços e desvalorizar a obsolescência programada de produtos;
 - Regulamentação das compras públicas a partir de critérios de sustentabilidade;
 - Criação de um fórum global para trocas de conhecimento, tecnologia e soluções.
- Criar uma plataforma para desenvolvimento de uma metodologia de inventário de recursos naturais globais e de uma ferramenta para gestão eficiente integrada dos temas ambientais. Incentivar uma rotulagem ambiental que permita a avaliação dos impactos do uso de recursos naturais de forma integrada, considerando o impacto do ciclo de vida.

Outras propostas

- Definir critérios para estabelecimento de referencial de sustentabilidade para produtos e serviços.
- Estabelecer plataforma de negociação para o exterior, contemplando aspectos econômicos, sociais e ambientais.
- Recomenda-se à Organização Mundial do Comércio (OMC) a inclusão de critérios de sustentabilidade nas regras que regulam os subsídios e incentivos fiscais para os países membros e nos acordos comerciais entre os países.
- Propostas para a sociedade civil:
 - Investigar e apresentar modelos de excelência de políticas nacionais de produção e consumo sustentáveis.
 - Participar e mobilizar a sociedade para o desenvolvimento e aplicação das políticas nacionais de produção e consumo sustentáveis.
 - Desenvolver pesquisa para ampliação do entendimento sobre como os consumidores compreendem o consumo e a sustentabilidade e avaliar as práticas implementadas sob o guarda-chuva das políticas nacionais de produção e consumo sustentáveis.
 - Desenvolver e aplicar programas de educação e comunicação para a produção e o consumo sustentáveis.

Agricultura e Segurança Alimentar

Contexto nacional e mundial

A agricultura é base de amplas cadeias produtivas voltadas à produção de alimentos, energia, fibras e produtos de base florestal. A atividade agrícola é ao mesmo tempo grande consumidora da indústria química e automotiva, usuária de grande parcela do mercado financeiro, do sistema de transporte, de infraestrutura e logística, além de ser o objetivo de grande parte da pesquisa tecnológica moderna. A agricultura tem grande importância econômica e é a atividade produtiva mais dependente de recursos naturais e uma das que mais ocupam mão de obra, sendo, portanto, uma atividade central para o desenvolvimento sustentável e para a redução da pobreza mundial.

Os sistemas agrícolas apresentam grande diversidade, de empreendimentos gerenciados de forma empresarial à produção familiar, da produção intensiva à extensiva, da produção fortemente capitalizada e integrada aos mercados à produção de subsistência, com altos padrões tecnológicos convivendo com sistemas tradicionais de produção, com empreendimentos de pequeno e de grande porte e, ainda, com inúmeras diferenças regionais.

A agricultura tem também um papel importante na provisão de serviços ambientais, principalmente na captura de carbono. Sistemas sustentáveis têm a capacidade de produzir e ao mesmo tempo preservar a biodiversidade, a qualidade dos solos e a capacidade hídrica. A agricultura familiar, em especial, tem um importante papel na produção de alimentos, na geração de trabalho e renda e na dinâmica das economias locais.

Segundo os Indicadores do Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial, cerca de 70% da população pobre mundial vivem em áreas rurais e têm na agricultura a principal fonte de renda e trabalho. Mas a degradação da terra e dos recursos naturais colocam sérios desafios em relação às condições de vida de populações rurais pobres e à produção de alimentos para a população urbana.

A agricultura é uma das atividades que exercem maior pressão de esgotamento de água, poluição da água e do solo por agroquímicos, perda de biodiversidade, perda e exaustão dos solos e emissões globais de gases de efeito estufa. Segundo a Avaliação Ecológica do Milênio, cerca de 60% dos serviços dos ecossistemas têm sido degradados ou utilizados de forma não sustentável, incluindo fornecimento de água pura, reprodução de pescados, purificação do ar e da água e regulação climática local e regional.

Os danos causados ao meio ambiente podem se reverter em perda da capacidade produtiva para a agricultura, provocadas por mudanças climáticas, perda da fertilidade dos solos, desertificação, redução da disponibilidade de água e aumento de doenças e pragas agrícolas. Da mesma forma, os danos sociais provocam conflitos e perda de legitimidade que ameaçam a produção e principalmente o acesso aos mercados para grandes produtores agrícolas.

Cerca de 925 milhões de pessoas, entre as quais 171 milhões de crianças, estão em estado de subnutrição. Mas os problemas nutricionais da população não decorrem apenas da carência alimentar. Vem ocorrendo uma importante mudança nos padrões alimentares e a dieta

moderna, principalmente com o aumento do uso de alimentos altamente processados, com emprego excessivo de gorduras, sal e açúcar, está fazendo com que as doenças relacionadas à obesidade sejam as principais causas globais de morte.

O atendimento das necessidades crescentes de alimentos pode ser obtido por meio do aumento da produção e da produtividade agrícola, como defendido por importantes instituições internacionais. Porém, as restrições ambientais exigem outras abordagens sobre o problema e outros tipos de solução. Além de produzir maior quantidade, será preciso produzir com maior eficiência e melhor qualidade.

No Brasil, a pecuária extensiva ocupa cerca 20% do território nacional, com baixa produtividade e pouca geração de empregos. O aproveitamento dessas áreas por atividades agrícolas intensivas ou para recuperação da biodiversidade produziria grandes ganhos sociais, econômicos e ambientais. Por outro lado, segundo a FAO, entre 1992 e 2007 a demanda por carne aumentou 26% e a demanda por pescados cresceu 32%. O relatório *Right to Food*, do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, propõe uma mudança radical no sistema alimentar, incentivando um aumento no consumo de cereais em substituição à proteína animal como principal estratégia para a melhoria dos padrões alimentares e a redução dos problemas ambientais relacionados à agricultura.

Transformações na produção e nos mercados de alimentos têm ampliado a volatilidade dos preços de alimentos, provocada por um conjunto de fatores, tais como as quebras de safra provocadas pela instabilidade climática, cada vez mais acentuada, pela competição pelo uso da terra entre cultivos agrícolas para biocombustíveis e por falhas de mercado, principalmente a falta de governança, transparência e sistemas globais de informação de produção e preços.

A produção de biocombustíveis é uma importante fonte de energia, sobre a qual o Brasil foi pioneiro e desenvolveu grandes avanços tecnológicos. Porém, em muitos países, especialmente onde existe competição pelo uso da terra, a expansão de biocombustíveis pode ter consequências negativas para a produção de alimentos. Segundo a National Academy of Sciences, dos Estados Unidos, a expansão global da produção de biocombustíveis derivada do milho foi responsável por 20% a 40% dos aumentos de preços de produtos agrícolas e alimentares entre 2007 e 2008.

Segundo a Organização Mundial do Comércio, 25% da demanda de alimentos são atendidos no mercado internacional. As mudanças demográficas e econômicas vêm provocando também um descolamento geográfico global entre produção e consumo. Enquanto o crescimento da demanda ocorre predominantemente na Ásia, o aumento da produção agrícola se dá principalmente na América do Sul e na Europa. Isso tem grandes consequências em relação a custos e à ampliação da volatilidade de preços.

Iniciativas para a sustentabilidade

Em algumas das mais importantes atividades agropecuárias, estão sendo definidos padrões de sustentabilidade. Mesas-redondas da soja, do açúcar, dos biocombustíveis, do óleo de palma e do algodão, além de diálogos florestais e de diversos sistemas de certificação de produtos agrícolas e florestais, criaram regras de mercado segundo critérios socioambientais. Tais iniciativas representam uma das mais importantes inovações na governança de cadeias produtivas do agronegócio. A principal inovação está nos debates públicos aos quais os sistemas

de produção e os padrões tecnológicos são submetidos. Definições que antes diziam respeito apenas aos agentes produtivos e somente por critérios relacionados à eficiência econômica dependem hoje da aprovação de um amplo debate na sociedade e do monitoramento de organizações não governamentais que definem as condições de produção segundo critérios como condições adequadas de trabalho, transparência e impactos nas comunidades, no clima, no solo, na água e na biodiversidade.

Empresas de varejo de alimentos também estão começando a utilizar critérios socioambientais para a cadeia de fornecimento, escolha de produtos e relação com consumidores, tais como redução de gases de efeito estufa, redução do uso de matérias-primas não renováveis, redução do uso de embalagens, valorização da biodiversidade, redução do uso de água na produção, transporte e consumo, melhoria das condições de vida de produtores e redução das distâncias entre local de produção e consumo.

O manejo sustentável é também uma condição utilizada por grandes instituições financeiras para avaliar seus investimentos em terras. Os Principles for Responsible Investment in Farmland estabelecem o compromisso de investidores institucionais em promover a sustentabilidade ambiental, respeitar o trabalho e os direitos humanos, respeitar os direitos à terra e aos seus recursos, elevar os padrões éticos nos negócios e divulgar os progressos na implementação desses princípios.

Todas essas iniciativas de produtores, varejistas e investidores são profícuas, mas não suficientes para o enfrentamento dos problemas ambientais e sociais globais, especialmente em razão da pequena parcela da produção e dos mercados que elas têm capacidade de influenciar.

Desafios

Uma agricultura sustentável, ou seja, com sistemas de produção dentro dos limites ecológicos, executados de forma transparente e responsável na relação com trabalhadores e comunidades e que produza alimentos nutritivos, saudáveis, acessíveis e em quantidade suficiente, poderá ser desenvolvida globalmente se forem enfrentados os seguintes desafios centrais:

1. Desenvolver sistemas de produção que contribuam com a redução da pobreza por meio do acesso a terra e da integração de populações rurais pobres às cadeias de produção;
2. Desenvolver sistemas de produção agrícola adequados aos limites dos ecossistemas e dos recursos naturais, com a redução das emissões de gases de efeito estufa e do uso de água e de energia;
3. Promover mudanças no sistema alimentar que garantam acesso universal a alimentos saudáveis;
4. Fazer o planejamento do uso da terra buscando o equilíbrio adequado entre a produção de alimentos e de outros produtos e a preservação ambiental;
5. Estabelecer um acordo global sobre os mercados agrícolas e promover políticas agrícolas alinhadas com os desafios da sustentabilidade e da nutrição.

Para que esses desafios possam ser alcançados, são necessárias algumas mudanças na governança global, nas práticas empresarias e nas políticas públicas.

Propostas para a Rio+20

Prioritárias

- Promover o zoneamento ecológico-econômico, com a regularização fundiária e ambiental das propriedades agrícolas, garantindo os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais;
- Ampliar a produtividade e inovações na produção da agricultura familiar e industrial, nos modelos de negócios, nas cadeias de valor, no financiamento e nas formas de organização dos mercados de modo que proporcionem produção e manejo sustentáveis, com inclusão social e equidade;
- Ampliar investimentos em infraestrutura e em ciência e tecnologia voltados para a produção agrícola, promover o aproveitamento econômico e sustentável da biodiversidade e modernizar os mecanismos de investimento e financiamento da produção agrícola, criando incentivos para promover a produção.

Outras propostas

- Modernizar os mecanismos de investimento e financiamento da produção agrícola, em especial a orgânica, de forma sustentável e garantir o equilíbrio entre produção e conservação ambiental.
- Aprimorar o sistema internacional de regulação de mercados agrícolas de modo a: ampliar a transparência de informações sobre produção, preços e subsídios; incluir critérios socioambientais; promover o diálogo permanente e representativo.
- Criar e implementar políticas que garantam o exercício do direito à alimentação com disponibilidade, acessibilidade e adequação.
- Harmonizar e criar políticas agrícolas, subsídios, política fiscal e outros incentivos para promover a agricultura sustentável e a produção de alimentos nutritivos e saudáveis.
- Criar um sistema nacional de segurança alimentar, com objetivos e metas relacionados à nutrição e à qualidade dos alimentos.
- Promover maior integração de agricultores familiares e agricultura de pequeno porte nas cadeias de valor.
- Desenvolver produtos e modelos de negócio mais bem orientados para atendimento das necessidades nutricionais da população.
- Criar mecanismos de diálogo sobre as tecnologias na agricultura que facilitem o acesso a elas para a produção sustentável e promovam o diálogo permanente sobre os temas críticos do uso da terra

Bibliografia

Integridade, transparência e combate à corrupção

INSTITUTO ETHOS. **Empresas contra a corrupção**. Disponível em http://www.ethos.org.br/_Ethos/documents/acontece/PactoCorrupcao.pdf.

CGU. **Responsabilidade social das empresas no combate à corrupção**. Disponível em <http://www.cgu.gov.br/publicacoes/ManualRespSocial/index.asp>.

INSTITUTO ETHOS. **Subsídios para a construção da agenda de transição para uma economia incluyente, verde e responsável**. Disponível em <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-ff7Protagonistas%20de%20uma%20nova%20economia.pdf>.

FIESP. **Corrupção: custo econômico e propostas de combate**. Disponível em <http://www.fiesp.com.br/competitividade/downloads/custo%20economico%20da%20corrupcao%20-%20final.pdf>.

INTERNATIONAL TRANSPARENCY. **Corruption Perception Index**. 2011. Disponível em http://www.transparency.org/whatwedo/pub/corruption_perceptions_index_2011.

MATURANA, Humberto; DÁVILA, Ximena. **Habitar Humano – em Seis Ensaios de Biologia-Cultural**.

MATURANA, Humberto. **Los seres humanos estamos en un presente trágico**. Disponível em <http://www.elciudadano.cl/2010/07/27/24865/humberto-maturana-los-seres-humanos-estamos-en-un-presente-tragico/>.

Economia da biodiversidade

CONSELHO DE AVALIAÇÃO ECOSISTÊMICA DO MILÊNIO. **Avaliação Ecosistêmica do Milênio**. 2003.

WWF. **Relatório Planeta Vivo 2012 - A Caminho da Rio+20**. WWF: Gland, 2012.

PNUMA. **Rumo a uma economia verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza**.

Secretariat of the Convention on Biological Diversity. **Sustaining life on Earth**. CBD: Abril, 2000.

The Corporate Ecosystem Services Review, **Guidelines for Identifying Business Risks and Opportunities Arising from Ecosystem Change**. WRI, Meridian Institute and WBCSD: 2008.

Cidades sustentáveis

Building and Managing an Intelligent City. Disponível em <http://www.accenture.com/SiteCollectionDocuments/PDF/Accenture-Building-Managing-Intelligent-City.pdf>.

C40 Cities Climate Leadership Group (C40). Disponível em <http://live.c40cities.org/about-us/>.

Cidades Criativas – Perspectivas. Disponível em http://www.santander.com.br/portal/wps/gcm/package/cultura/livro_70516/Livro_Cidades_Criativas_Perspectivas_v1.pdf.

Citystates: How Cities Are Vital to the Future of Sustainability. Disponível em <http://www.sustainability.com/library/citystates#.T6sXBuYuQE>.

Índice de Cidades Verdes da América Latina. Disponível em http://www.siemens.com/entry/cc/features/greencityindex_international/all/en/pdf/report_latam_pt.pdf.

MCKINSEY & COMPANY. **Building globally competitive cities: the key to Latin American growth.** McKinsey Global Institute. 2011.

OCDE. **Competitive Cities in the Global Economy.** OCDE: Estocolmo, 2008.

PAC Mobilidade Urbana Grandes Cidades. Disponível em <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/PACMobilidade/ManualPACMobilidadeUrbana08042011.pdf>.

Programa Cidades Sustentáveis. Disponível em <http://www.cidadessustentaveis.org.br/downloads/publicacao-programa-cidades-sustentaveis.pdf>.

Rise of the Intelligent City. Disponível em <http://www.accenture.com/SiteCollectionDocuments/PDF/Accenture-Outlook-Rise-of-the-Intelligent-City-Sustainability.pdf>.

Rumo a uma Economia Verde. Disponível em http://www.pnuma.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis_PT_online.pdf.

Three-Dimensional Capitalism. Disponível em <http://pavansukhdev.com/articles/>.

Energia sustentável para todos

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2020.** Disponível em <http://www.epe.gov.br/PDEE/Forms/EPEEstudo.aspx>.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Relatório da Empresa de Pesquisa Energética.** Acessível em www.epe.gov.br.

GOLDEMBERG, José. *Estudos avançados*. **Energia e Desenvolvimento**. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141998000200002>.

MCKINSEY & COMPANY. **Caminhos para uma Economia de Baixa Emissão de Carbono no Brasil**. Disponível em <http://veja.abril.com.br/40anos/ambiente/pdf/relatorio-mckinsey.pdf>.

Desemprego, trabalho decente, migrações e direitos humanos

INSTITUTO ETHOS. **Declaração do Encontro de Presidentes “Responsabilidade Social das Empresas e os Direitos Humanos”**. Disponível em <http://www.ethos.org.br/sistemas/RSEeDH/declaracaoRSEeDH.pdf>.

INSTITUTO ETHOS. **Empresas e Direitos Humanos na Perspectiva do Trabalho Decente – Marco de Referência**. Disponível em <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-cb3MarcoDeReferenciaCOMPLETO.pdf>.

OIT. **O Custo da Coerção: Relatório Global no Seguimento da Declaração da OIT sobre os Direitos e Princípios Fundamentais do Trabalho**, Conferência Internacional do Trabalho, 98ª Sessão, Genebra. Disponível em http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/forced_labour/pub/custo_da_coercao_308.pdf.

OIT. **Decent work and poverty reduction in the global economy**. Disponível em <http://www.ilo.org/public/english/standards/relm/gb/docs/gb277/pdf/esp-3-add1-a.pdf>.

OIT. **Promover a Segurança e a Saúde numa Economia Verde**. Disponível em http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/28abril_12_pt.pdf.

RIO 2012 Issues Briefs, Vol. 7 – **Green jobs and social inclusion**. Disponível em <http://www.uncsd2012.org/rio20/content/documents/224Rio2012%20Issues%20Brief%207%20Green%20jobs%20and%20social%20inclusion.pdf>.

PNUD. **Regional Human Development Report for Latin America and the Caribbean 2010**. Disponível em http://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/HDR/Latin%20America%20and%20Caribbean%20HDR/rhdr_lac_en_2010.pdf.

PNUMA. **Rumo a uma Economia Verde**. Disponível em http://www.pnuma.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis_PT_online.pdf.

SPINK, P. **Micro cadeias produtivas e a nanoeconomia: repensando o trabalho decente**. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpst/v12n2/a08v12n2.pdf>.

THE MILLENNIUM PROJECT. **2011 State of The Future**. Disponível em <http://www.millennium-project.org/millennium/2011SOF.html>.

THE WORLDWATCH INSTITUTE. **State of The World 2012 – Moving Toward Sustainable Prosperity.**

VALOR ECONÔMICO. **A cor da pele influencia na profissão.** Disponível em <http://www.valor.com.br/arquivo/900147/cor-da-pele-tem-influencia-na-profissao-aponta-ibge>.

Gestão responsável e sustentável da água

United Nations Secretary-General's High-level Panel on Global Sustainability. **Resilient People, Resilient Planet: A future worth choosing.** New York: United Nations, 2012. Disponível em http://www.un.org/gsp/sites/default/files/attachments/GSP_Report_web_final.pdf.

Contribuição de Sanjay Bhatnagar, CEO da WaterHealth International e membro do World Economic Forum Global Agenda Council on Water Security, para a plataforma Rio+20 Dialogues, em abril de 2012. Disponível em <https://www.riodialogues.org/node/218908>.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Cuidando das águas: soluções para melhorar a qualidade dos recursos hídricos.** Brasília: ANA, 2011.

CDP Water Disclosure Global Report 2011. **Raising corporate awareness of global water issues.** Disponível em <https://www.cdproject.net/en-US/Programmes/Pages/water.aspx>.

PEREIRA, P.; CORTEZ, B.; TRINDADE, T.; MAZOCHI, M. **Conservador das Águas – 5 Anos.** Edição 2010. Disponível em <http://www.rio20.info/2012/noticias-e-midia/noticias/pnud-lanca-plataforma-global-de-solidariedade-para-a-agua-com-objetivo-de-aliciar-atores-locais-do-norte-e-do-sul-para-desenvolver-solucoes-locais-para-os-desafios-da-agua-e-saneamento>.

WWF. **Understanding water risks.** Water Security Series 4

Florestas e mudanças climáticas

WALL STREET JOURNAL. **No need panic about global warming.** Disponível em <http://online.wsj.com/article/SB10001424052970204301404577171531838421366.html>.

INSTITUTO ETHOS. **Subsídios para a construção da agenda de transição para uma economia incluyente, verde e responsável.** Disponível em <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-ff77Protagonistas%20de%20uma%20nova%20economia.pdf>.

INPE. **Riscos das mudanças climáticas no Brasil.** Disponível em http://www.ccst.inpe.br/relatorio_port.pdf.

CBI. **Mudanças Climáticas um assunto de todos** – relatório do grupo de trabalho sobre mudanças climáticas do CBI. Disponível em <http://www.economiadoclima.org.br/files/biblioteca/relatorio%20CBI%20portugues%20-%20PDF.pdf>.

FÓRUM CLIMA. "Presidenta Dilma em reunião com o FBMC". 16 de abril de 2012 13:02. Reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Disponível em <http://www.forumclima.org.br/index.php/eventos/reunioes/162-dilma-e-fbmc>.

Economia da Mudança de Clima no Brasil: Custos e Oportunidades – Sumário Executivo. Disponível em <http://www.economiadoclima.org.br/site/?p=biblioteca>.

MCKINSEY & COMPANY. **Pathways to a low carbon economy**. Disponível em <http://www.worldwildlife.org/climate/WWFBinaryitem11334.pdf>.

IPCC. **Relatório IPCC**. Disponível em http://www.ipcc.ch/publications_and_data/ar4/syr/en/spm.html.

INSTITUTO CARBONO BRASIL. **Mercado de carbono voluntário**. Disponível em http://www.institutocarbonobrasil.org.br/mercado_de_carbono/mercado_voluntario.

State and Trends of the Carbon Market Report 2010. Disponível em <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/ENVIRONMENT/EXTCARBONFINANCE/0,,contentMDK:22592488~pagePK:64168445~piPK:64168309~theSitePK:4125853,00.html>.

A Retórica do Conflito. Disponível em <http://cienciahoje.uol.com.br/blogues/bussola/2012/02/a-retorica-do-conflito>.

MATURANA, Humberto; DÁVILA, Ximena. **Habitar Humano – em Seis Ensaios de Biologia-Cultural**.

MATURANA, Humberto. **Los seres humanos estamos en un presente trágico**. Disponível em <http://www.elciudadano.cl/2010/07/27/24865/humberto-maturana-los-seres-humanos-estamos-en-un-presente-tragico/>.

Estabelecimento de padrões sustentáveis de produção e consumo

Changing Patterns: UK Government Framework for Sustainable Consumption and Production. Disponível em <http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20040118020443/http://defra.gov.uk/environment/business/scp/changing-patterns.pdf>.

Fórum de Varejo e Consumo Sustentável: Experiências, Debates e Desafios. Disponível em <http://www.varejosustentavel.com.br/painel/dbarquivos/dbanexos/publicaoforumbp.pdf>.

Global Outlook on Sustainable Consumption and Production Policies. Disponível em http://www.unep.fr/scp/go/pdf/Global%20Outlook%20on%20SCP%20Policies_full_final.pdf.

Here and now: Education for sustainable consumption. Disponível em <http://www.unep.fr/shared/publications/pdf/DTIx1252xPA-Here%20and%20Now%20EN.pdf>.

I will IF you will: Towards sustainable consumption. Disponível em http://www.sd-commission.org.uk/data/files/publications/I_Will_If_You_Will.pdf.

Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis - PPCS. Disponível em http://akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/11_11_24_PPCS_PARTE_I_Final.pdf.

Processo de Marrakesh. Disponível em <http://esa.un.org/marrakechprocess/index.shtml>.

State of the World 2012: Moving Toward Sustainable Prosperity. Disponível em <http://www.worldwatch.org/stateoftheworld2012>.

Agricultura e segurança alimentar

FAO (2006). **Livestock Impacts on the Environment.** Food and Agriculture Organization, Rome. Accessed on Aug 16, 2011 at <http://www.fao.org/ag/magazine/0612sp1.htm>

HASSAN, R.; SCHOLLES, R. **Millenium Ecosystem Assessment.** Island Press: Washington, Covelo, London: 2005

KOSHEL, P. and MCALLISTER, K. **Expanding Biofuel Production: Sustainability and the Transition to Advanced Biofuels.** National Academy of Science: Washington, 2010.

SUSTAINABILITY. **Appetite for change.** Sustainability: London, 2011.

UNITED NATIONS. **Food and agriculture: the future of sustainability.** Division for Sustainable Development of the United Nations Department of Economic and Social Affairs: 2012.

WORLD BANK. **Sustainable land management: Challenges, Opportunities, and Trade-offs.** World Bank: Washington: 2006.

WORLD BANK. **Agriculture for Development.** World Development Report. World Bank: Washington, 2008.

ZIEGLER, J. **Preliminary Study on Severe Malnutrition and Childhood Diseases.** Human Rights Council's Advisory Committee, 2011.

Realização:

INSTITUTO ETHOS

Parceiros Institucionais:



Parceiro Estratégico:



Patrocinador Ouro:



Patrocinadores Prata:



Patrocinadores Bronze:



O Instituto Ethos só aceita patrocínio das empresas associadas. Empresas públicas e mistas são aceitas como empresas associadas e patrocinadoras porque atuam no mercado nas mesmas condições que as empresas privadas. A logomarca do Governo Federal acompanha a logomarca das empresas públicas e mistas patrocinadoras em razão da exigência da Instrução Normativa 31, de 10 de setembro de 2003, da Secretaria de Comunicação de Social (Secom), que essas empresas são obrigadas a observar.